

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
HISTÓRIA - LICENCIATURA

**RICKAELLY CARDOSO DA SILVA**

**DEI E DEIXEI DE HERANÇA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS  
PARTILHAS DE BENS NAS VILAS DE MACEIÓ E PORTO DE PEDRAS  
(1830-1850)**

**MACEIÓ**

**2024**

**RICKAELLY CARDOSO DA SILVA**

**DEI E DEIXEI DE HERANÇA: a participação das mulheres nas partilhas de bens nas Vilas de Maceió e Porto de Pedras (1830-1850)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Rickaelly Cardoso da Silva ao Curso de História–Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Graduada em História.

Orientação: Prof. Drº Gian Carlo de Melo Silva.

**Maceió**

**2024**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586d Silva, Rickaelly Cardoso da.  
Dei e deixei de herança : a participação das mulheres nas partilhas de bens nas vilas de Maceió e Porto de Pedras (1830-1850) / Rickaelly Cardoso da Silva. – 2024.  
68 f.: il. color.

Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 58-60.  
Anexos: f. 61-68.

1. Mulheres. 2. Partilhas de bens. 3. Inventários Post-Mortem. 4. Testamentos. 5. História de Alagoas. I. Título.

CDU: 981.35 : 347.67

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE HISTÓRIA**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **DEI E DEIXEI DE HERANÇA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS PARTILHAS DE BENS NAS VILAS DE MACEIÓ E PORTO DE PEDRAS (1830-1850)**, elaborado por **RICKAELLY CARDOSO DA SILVA** e aprovado por todos/as os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do título de Licenciado em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
 **GIAN CARLO DE MELO SILVA**  
Data: 03/04/2024 17:23:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) \_\_\_\_\_

**Orientador: Gian Carlo de Melo Silva**

Documento assinado digitalmente  
 **EVERTON ROSENDO DOS SANTOS**  
Data: 02/04/2024 21:07:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) \_\_\_\_\_

**1º Examinador: Everton Rosendo dos Santos**

Documento assinado digitalmente  
 **ANA PAULA SILVA SANTANA**  
Data: 02/04/2024 20:34:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) \_\_\_\_\_

**2º Examinador: Ana Paula Silva Santana**

**Maceió, Alagoas**

**02/04/2024**

## AGRADECIMENTOS

O trajeto de graduação no curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas foi longo e enriquecedor de diversas maneiras para mim, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal e sou muito grata a esta Instituição pela acolhida. Nesses anos que passei na UFAL, participei de três Ciclos de Iniciação Científica sob a orientação do Prof. Drº Gian Carlo de Melo Silva, que me mostrou essa temática tão interessante que será apresentada no decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso, agradeço por toda paciência que teve comigo, pelos puxões de orelha e por compartilhar tantos ensinamentos que não ficaram resumidos somente a disciplina de Brasil Império. Poder fazer parte da Residência Pedagógica deixou claro o quanto pretendo prosseguir no ramo da educação e repassando de maneira mútua conhecimento histórico, aos eventos que participei, seja como monitora ou como ouvinte que me fizeram analisar novos olhares e narrativas da historiografia.

Agradeço a minha mãe, Maria José Ferreira da Silva, uma feirante que começou a estudar aos 11 anos de idade e concluiu o Ensino Médio enquanto estava grávida de mim, por todo apoio que me deu e dá em todas as fases da vida, principalmente no que se refere aos estudos, sempre me dizendo que a educação é a única coisa que ninguém pode tirar de você e que, por isso, devemos investir nela. Você é a minha base mais sólida e eu espero um dia ser metade da mulher que você é. Ao meu pai, José Ricardo Cardoso Alves, que me buscava na UFAL, evitando assim que eu tivesse que pegar dois ônibus no trajeto de casa tarde da noite e a minha irmã Renata Cardoso da Silva que me esperava acordada até o momento em que eu chegasse em casa todos os dias dessa graduação.

A minha avó materna, Josefa Dorcelina da Conceição, por todo cuidado e resiliência que tem comigo e a minha eterna gratidão aos demais membros da minha família materna. Assim como também ao meu namorado Gustavo Silva Santos que tanto me apoiou nesse final de ciclo, sendo meu porto seguro em diversos momentos de insegurança e ansiedade. Quero registrar também um agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, pelos dois anos de estágio onde pude me apaixonar ainda mais pela História de Alagoas. Aos funcionários do IHGAL, Fabiana Mariano e Júnior Mota, pela receptividade, mas principalmente a Tarcyelma Maria Lira - popularmente conhecida como Quel -, por nunca deixar de acreditar em mim e sempre me incentivar a continuar pesquisando.

Por fim, agradeço aos meus amigos de sala, de curso e de vida que estiveram comigo por todo o processo da graduação, principalmente Dyandra Farias; Israel Ramos e Crisley Borges, o quarteto fantástico que ria ou surtava junto, dependendo da situação. Não posso esquecer de Henrique Leite, assistente em Administração da coordenação do curso de História, pela enorme paciência e disponibilidade para lidar com meu desespero quando surgiam inúmeras pendências ao longo dos anos. Da mesma forma que devo agradecer a todos os professores do Curso de História pelas aulas e inúmeros aprendizados que carregarei comigo pelo resto da vida.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “DEI E DEIXEI DE HERANÇA: a participação das mulheres nas partilhas de bens em Maceió e Porto de Pedras entre 1830-1850”, busca compreender os Inventários *Post-Mortem* e Testamentos produzidos neste recorte nas Vilas de Maceió e Porto de Pedras, pertencentes a Província de Alagoas, utilizando o acervo disponível no Arquivo Público de Alagoas como fonte primária. Entre os apontamentos destacamos a necessidade de contextualizar o território estudado, o processo de povoamento e fundação das Vilas estudadas, discutir o papel da Igreja Católica, os ritos fúnebres na sociedade de meados do XIX. Foi possível explorar a importância dessa documentação como fonte historiográfica, leis que os regiam baseadas no livro IV das Ordenações Filipinas, o que era considerado família no ato da partilha de bens, o papel das mulheres enquanto herdeiras, os negros escravizados enquanto mercadoria numa abordagem quantitativa desses vestígios históricos. Os principais resultados apontam para a existência de Anna de Souza Sepulvida entre a lista de inventariados e todo seu espólio, locais que ela possuía sob sua posse no momento de sua morte, destacando a escravidão e as complexidades familiares e constitucionais presentes. Ao buscar contribuir com novas reflexões e perspectivas sobre a sociedade alagoana do século XIX, utilizando métodos como a Micro-História e referências teóricas relevantes.

Palavras-chave: Mulheres, Inventário *Post-Mortem*, Partilha, Família, Escravidão, Século XIX.

## ABSTRACT

This Final Course Work entitled “GIVEN AND LEFT AS AN INHERITANCE: the participation of women in the sharing of goods in Maceió and Porto de Pedras between 1830-1850”, seeks to understand the Post-Mortem Inventories and Testaments produced in this section in the Villages of Maceió and Porto de Pedras, belonging to the Province of Alagoas, using the collection available at the Alagoas Public Archive as a primary source. Among the notes we highlight the need to contextualize the studied territory, the process of settlement and foundation of the studied villages, discuss the role of the Catholic Church, and funeral rites in mid-19th century society. It was possible to explore the importance of this documentation as a historiographical source, laws that governed them based on book IV of the Philippine Ordinances, what was considered family in the act of sharing of goods, the role of women as heirs, enslaved black people as merchandise in a quantitative approach of these historical remains. The main results point to the existence of Anna de Souza Sepulvida among the list of inventories and all of her estate, places that she had in her possession at the time of her death, highlighting slavery and the family and constitutional complexities present. By seeking to contribute new reflections and perspectives on century XIX Alagoas society, using methods such as Micro-History and relevant theoretical references.

Keywords: Women, *Post-Mortem* Inventory, Partition, Family, Slavery, Century XIX.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa de Porto Calvo - 1637.....	17
Figura 02 – Antiga capela paroquial de Maceió.....	22
Figura 03 – Mapeamento do território das capitâneas de Pernambuco e Alagoas no início do século XIX.....	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro I – Nomenclaturas comumente atreladas a origem ou tom de pele do indivíduo escravizado.....	34
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela I – Os Inventários Post-Mortem analisados em sua totalidade separados por gênero (1830-1850).....	32
Tabela II – Descrição quantitativa das Vilas onde os Inventariados residiam (1830-1850)....	32
Tabela III – Catalogação geral dos bens encontrados nos Inventários Post-Mortem (1830-1850).....	41
Tabela IV – Catalogação dos bens Anna de Souza Sepulvida (1844).....	51

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APA** – Arquivo Público de Alagoas

**IHGAL** – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>2. O território alagoano e seus ritos fúnebres.....</b>	<b>15</b>
2.1 A formação do território alagoano.....	15
2.2 As Vilas de Porto de Pedras e Maceió.....	18
2.3 O medo da morte, ritos fúnebres e irmandades.....	23
<b>3. O uso de Inventários <i>Post-Mortem</i> e Testamento como fontes históricas.....</b>	<b>27</b>
3.1 As Ordenações Filipinas.....	27
3.2 As características dos Inventários <i>Post-Mortem</i> e quantificação das fontes....	31
3.3 Metodologia e Análise.....	35
<b>4. Uma Micro-História dos Inventários <i>Post-Mortem</i>: Anna de Souza Sepulvida.....</b>	<b>40</b>
4.1 Os Inventários <i>Post-Mortem</i> na Micro-História.....	40
4.2 Os locais descritos na documentação e a escravidão retratada na partilha.....	46
4.3 Anna de Souza Sepulvida.....	50
<b>5. Conclusão.....</b>	<b>54</b>
<b>6. Fontes.....</b>	<b>58</b>
6.1 Fontes Impressas e Dicionários.....	58
6.2 Fontes Manuscritas.....	58
6.2.1 Arquivo Público de Alagoas.....	58
6.3 Referências bibliográficas.....	59
<b>7. Anexos.....</b>	<b>61</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em meados do ano de 2019 fui convidada pelo Professor Doutor Gian Carlo de Melo Silva para participar projeto de Iniciação Científica intitulado “SOCIEDADE, FAMÍLIA E ESCRAVIDÃO EM ALAGOAS: CONCEITOS, INSTITUIÇÕES, DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS SÉCULOS XVIII E XIX (1750-1889)” com o subprojeto “Mulheres e Herança em Alagoas séculos XVIII e XIX”, que prosseguimos por dois anos e, no segundo ciclo, recebemos o certificado de Excelência Acadêmica e, posteriormente por mais um ano, se tornando o “Mulheres e Herança em Alagoas século XIX” para que nós pudéssemos dar ênfase em nossas pesquisas de campo, em sua maioria, feitas por meio da documentação encontradas em arquivos governamentais como o Arquivo Público de Alagoas e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Paralelo a isso, as proveitosas reuniões do Grupo de Pesquisa NESEM (Núcleo de Estudos Sociedade e Escravidão na Época Moderna - séc. XVI-XIX) foram de extrema importância para que eu pudesse ter embasamento bibliográfico para formar e ser reflexo, em minha trajetória acadêmica, de grande parte da carga de experiências que possuo. O estágio no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas no período de 2020 a 2022, me fizeram ter noção e acesso direto às fontes, onde mapas e livros raros se fizeram necessários para agregar beneficemente a esta pesquisa.

Assim como também, durante os ciclos da Iniciação Científica, aprendi bastante sobre Paleografia, que apesar de ter disciplina ofertada no curso de História bacharelado, pode ser ainda mais explorada para quem decidir se aventurar usando-a como norteamento para diversas formas de estudo. Já que ela, segundo Acioli (1994), é fundamental para todas as temáticas que necessitem do conhecimento histórico através de documentos manuscritos. Por estes motivos, contendo as fontes cuidadosamente digitalizadas, decidi tornar “DEI E DEIXEI DE HERANÇA: a participação das mulheres nas partilhas de bens em Maceió e Porto de Pedras entre 1830-1850” o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

O ato desta pesquisa parte do princípio do documento escrito surgindo como fonte para esclarecer desenvolvimento e costumes de um povo. Nesse ponto de vista, nota-se a importância da transcrição de textos manuscritos com a finalidade de contribuir com a pesquisa e bibliografia que investigam sobre determinado assunto de vários momentos históricos, revelando informações e culturas distintas, que dependendo do olhar pode vir a gerar interpretações diferentes. No caso do objeto de análise, procuramos compreender a

sociedade alagoana oitocentista e suas camadas complexas tão pouco estudadas nos espaços de discussão, até o momento, por nossos pares no estado.

Deste modo, tendo em vista a relevância do tema, a pesquisa tem como objetivo geral transcrever e analisar através da técnica paleográfica, os Inventários *Post-Mortem* e Testamentos, produzidos entre os anos 1830 e 1850 nas, até aquele momento, Vilas de Maceió e Porto de Pedras da Província de Alagoas que estão em poder do Arquivo Público de Alagoas em Maceió no bairro histórico do Jaraguá. O Arquivo foi criado em 30 de dezembro de 1961, por meio da Lei Nº 2.428 para preservar e armazenar, de maneira devida, inúmeros documentos e livros referentes ao estado ou que agreguem de alguma forma a História de Alagoas.

Para tanto, os objetivos específicos que conduzem as diretrizes desta pesquisa são: contextualizar o território estudado, a sociedade e seus costumes de meados do século XIX; o uso de Inventários *Post-Mortem* e Testamentos enquanto fonte historiográfica, elaborar a catalogação de bens e inventariados, investigar a documentação e leis que os regiam, apontar os aspectos da escravidão negra e da econômica que giram em torno desse tipo de registro; discutir as metodologias necessárias para que esta pesquisa seja desenvolvida.

Ao visar contextualizar o território estudado, no primeiro capítulo, dividido em três tópicos centrais, iremos focar em debater sobre a formação do território alagoano, o seu processo de povoamento, conflitos e sensação de pertencimento a terra, fazendo a utilização de grandes referências da historiografia alagoana como Dirceu Lindoso e Manuel Diégues Júnior que nos mostraram as principais nuances destes desdobramentos que, por conseguinte, deram surgimento as Vilas anteriormente citadas. Iremos elaborar um apanhado de relevantes acontecimentos que antecederam o reconhecimento desses locais, como a necessidade crescente de mão de obra escravizada, a economia, contendas e invasões europeias.

Abordar a influência da Igreja Católica para a instalação e manutenção do cotidiano daqueles que ali residiam é algo fundamental, tendo em vista o controle exercido pela presença de tal Instituição. Além da disseminação de costumes religiosos em todas as fases da vida, nós investigaremos ao utilizar como base o historiador João José Réis, principalmente no que girava em torno dos ritos fúnebres, irmandades e do grande receio gerados pela incerteza do descanso ou possível condenação divina por seus atos cometidos em vida.

No segundo capítulo, buscaremos tratar de destrinchar a escolha de Inventários como vestígio histórico, o conjunto de leis específicas no qual eram baseados para que fossem considerados válidos perante a justiça do Brasil Imperial, a morfologia da palavra, suas

semelhanças e diferenças com Testamentos. Adotaremos uma abordagem quantitativa com base em um estudo comparativo do conteúdo das obras de diferentes autores como Muriel Nazzari, Gian Carlo de Melo Silva, João José Reis, Eduardo Paiva, dentre outros, previamente revisados, onde os resultados serão apresentados, a partir da coleta de dados encontradas nesses registros comparar os pontos chave demonstrados, como termos de nomenclatura e de catalogação, a interação entre as camadas sociais envolvidas e seus desdobramentos perante a partilha desses montantes, entre outros, para contribuir com novas reflexões e perspectivas de aprendizado sobre o tema. No último tópico, teremos a missão de integrar o método escolhido para que os detalhes que a compõem sejam bem definidos e justificados.

Os conceitos da Micro-História de exploramos o micro para entender o macro da sociedade expostos nos textos dos historiadores Carlo Ginzburg e Jacques Revel, surgem da importância de procurar traçar paralelos em nosso parâmetro de observação, ao fazer a busca de exemplos na literatura recomendada e no que dispusemos enquanto resultado, para que este sujeito, enquanto participante da comunidade, possa explicá-la. Usando-os como referencial com o auxílio da obra de Adriano Teixeira Braga que aborda o uso desse tipo de fonte histórica e como ela mostra alguns detalhes da vida íntima daqueles inventariados e de seus herdeiros.

O terceiro e último capítulo, virá a partir dos Inventários *Post-Mortem*, principalmente o de Anna de Souza Sepulvida, catalogados com descrições, transcrições, recortes cuja reprodução é apresentada em anexo, para entender o que virá a ser uma micro-história dessas pessoas que habitavam nas Vilas de Porto de Pedras e Maceió no recorte temporal estudado baseando a análise nesses documentos com o uso mapas, e referenciais teóricos como: Carlos Bacellar; Gian Carlo de Melo Silva; Cícero Pércles de Carvalho; Sheila de Castro Faria; Moacir Medeiros de Santana; Richard Graham e Luiz Felipe de Alencastro nos fazendo compreender melhor o século XIX.

Ao dar ênfase na figura da Anna de Souza Sepulvida e em seu espólio, podemos avaliar a escravidão retratada na partilha, mostrando as complexidades familiares e constitucionais se entrelaçam na vivência daquela pessoa negra em condição de escravidão, daremos ênfase na visão escravagista que via este indivíduo enquanto objeto, sem direitos ou escolhas para definir o seu futuro, enquanto escravizado, após a morte daquele que dizia ter comprado sua posse. Partes das dimensões territoriais de Alagoas aparecerão, de forma recorrente, nestes levantamentos, sendo pertinente o debate acerca de localidades marcantes que contribuirão, em intensidades múltiplas das nuances alagoanas.

## **2. CAPÍTULO 1: O TERRITÓRIO ALAGOANO E SEUS RITOS FÚNEBRES**

No presente capítulo iremos dividir a discussão em três sub-tópicos, inicialmente será feito um debate acerca da formação do território alagoano tendo como base estudiosos como Dirceu Lindoso; Manoel Diégues Júnior; Craveiro Costa e Roberval Santos, que irão elucidar para nós os conflitos que ocorreram por aqui e o processo de povoamento desta terra que, conseqüentemente, deram surgimento as Vilas de Maceió e Porto de Pedras. Ao fazer o uso de imagens, mapas, Alvará Régio e citações bibliográficas, vamos elaborar neste segundo momento do capítulo um apanhado de relevantes acontecimentos que antecederam o reconhecimento desses locais. Além de lidar com a necessidade crescente de mão de obra escravizada, a economia e invasões europeias conduziremos como referencial as obras de Gian Carlo de Melo Silva; Felix Lima Júnior; José Fernando de Maya Pedrosa; dentre outros.

A bibliografia de João José Reis irá surgir como um pilar para tratar dos costumes religiosos da época, sobretudo no que se refere a ritos fúnebres, irmandades e da dúvida em lidar com uma possível vida após a morte ou condenação eterna. Assim como também, atrelando essas nuances com os Inventários *Post-Mortem* e Testamentos que serão abordados nos capítulos seguintes e em como o processo de sepultamento era importante para o cotidiano cristão do XIX por conta da grande influência da Igreja Católica, tendo em vista o controle exercido pela presença de tal Instituição.

### **2.1 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ALAGOANO.**

O espaço territorial hoje definido como estado de Alagoas, tem sua origem que remonta da segunda metade do século XVI, pertencendo à Capitania de Pernambuco, abrangendo o território ao sul dessa Capitania, local marcado pela abundância de água, com lagos, lagoas, canais, rios e riachos, o que contribuiu até para a escolha de seu nome “Alagoas”. Uma sociedade que surge fortemente influenciada pelas águas, como afirma Lindoso:

Da história da gente alagoana já se disse ser a história de uma gente quase anfíbia, e que no espaço das Alagoas- com tal abundância de lagoas, rios e riachos- a importância da água foi máxima na caracterização do complexo agrário. É assim que as águas alagoanas aparecem amorosamente estudadas

– no dizer expressivo de Gilberto Freyre – em Canais e Lagoas de Octávio Brandão.<sup>1</sup>

A estruturação desse espaço, como em boa parte dos locais em que houve algum tipo de processo de colonização, foi regradada de grandes massacres e invasões dos territórios dos povos originários, matando e escravizando, para assim abrir suas vilas e seus canaviais, e em Alagoas não foi diferente.

Para podermos entender dentro do espaço/tempo como se deu a formação do território alagoano, temos que visitar os clássicos da historiografia alagoana como: Dirceu Lindoso, Félix Lima Júnior, Manuel Diégues Júnior, Moacir Medeiros de Sant’Ana, Craveiro Costa, entre outros. A história de Alagoas é um campo vasto para pesquisa, considerando que ainda há muito a ser dito, porém nosso objetivo é fazer um apanhado mais geral sobre como foi o avanço desse espaço, focando nas Vilas de Porto de Pedras e Maceió.

Segundo o historiador Dirceu Lindoso em sua obra intitulada Formação de Alagoas Boreal “*A história da conquista, ocupação e colonização da Alagoas Boreal é parte da história da expansão mercantilista europeia.*” Por tanto, esse espaço identitário surge mediante a chegada dos europeus, resultando no processo de colonização; o que levou ao enfrentamento com os povos originários que ali habitavam, transformando em um território de grande conflito, que levou ao extermínio de uma parcela considerável dessa população.

A formação do território alagoano está vinculada de forma clara a criação e desenvolvimento dos engenhos de açúcar dessa região, a cultura da cana predominava na época, sendo a principal atividade econômica. A história de Alagoas não consegue se desvincular da história dos engenhos de açúcar, com a doação das sesmarias do território alagoano, começa nesse momento a estruturação e criação desses engenhos. É uma tarefa difícil ou até impossível escrever sobre a história de Alagoas e não evidenciar a importância que os engenhos tiveram não apenas na economia, mas também na formação social como um todo.

Em Alagoas no século XVI surgiram alguns núcleos urbanos com maior representatividade que eram: Porto Calvo, Penedo e Alagoas do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro); núcleos estes que tiveram destaque nos parâmetros econômicos e sociais, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dessa Alagoas, como afirma Lindoso (2019) “*A criação dos núcleos coloniais de Porto Calvo pelo ítalo-alemão Cristóvão Linz é o início, simultaneamente, dos primeiros canaviais, das primeiras fábricas de açúcar,*

---

<sup>1</sup>LINDOSO, Dirceu. Interpretação da província: estudo da cultura alagoana, p. 11.

do confronto da expansão caeté-tupinambá via norte, da importação de negros escravos...”.

A vila de Porto Calvo tem uma importância fundamental para a formação desse território, sendo um local onde ocorreram grandes episódios que marcaram nossa história. Tendo como sesmeiro Cristóvão Lins, que possuía uma grande quantidade de terras que iam de Porto Calvo até onde hoje é a cidade de São Luiz do Quitunde, sendo Cristóvão Lins então o fundador desse primeiro núcleo de povoamento da região. Ele casou com D. Adriana de Holanda e teve 4 filhos, Bartolomeu Lins, Inês Lins, Brites Lins e Arnal Olanda, sendo esses seus herdeiros e que deram seguimento aos “Lins” e criaram linhagens familiares, que tiveram grande influência na economia com engenhos e o modo de agricultura *plantation* do açúcar; importantes engenhos surgem aí como: Buenos Aires e Escurial.

A ocupação desse espaço não se deu de forma aleatória, a fundação de Porto Calvo se deu devido a diversos motivos, dentre eles a defesa contra “os rebeldes” dos grupos de povos originários, por ser propício para a criação dos engenhos, considerando a geografia do local que permitia o acesso a pontos fluviais o que facilitava a chegada de suprimentos e a saída do açúcar. Ao utilizar a cartografia como meio de identificar e localizar o Forte do Bonsucesso, que construído no ano de 1634 estrategicamente em Porto Calvo no alto de uma colina (Barreto, 2011. p. 95), usando como base as características geomorfológicas desta base de defesa:

Figura 01 - Mapa de Porto Calvo - 1637.



Fonte: SANTOS, Roberval (org.). Contribuição para a história da presença holandesa em Alagoas (1632-1645). Arapiraca: Eduneal, 2021. p. 95.

Próximo a região central da Figura 01 podemos ver uma construção em cima de um monte que daria visão privilegiada a chegada de possíveis inimigos. Durante as invasões holandesas a Vila de Porto Calvo foi palco de grandes investidas bélicas, saques, incêndios e degolamentos de moradores como afirma o historiador Roberval Santos em sua obra intitulada “Contribuição para a história da presença holandesa em Alagoas (1632-1645)”.

Nomes de outros povoadores de Porto Calvo, como Rodrigo de Barros Pimentel, surgem com destaque nesse episódio das invasões holandesas, também senhor de engenho e pertencente à família Lins. Havia sido preso e torturado pelos invasores, junto com outros alagoanos, alguns tendo comprado sua liberdade por uma boa quantia.

Não apenas Porto Calvo sofre com essas investidas dos invasores, a sua vizinha Porto de Pedras também sofreu represálias, porém também acabou recebendo os benefícios do desenvolvimento econômico de Porto Calvo, mesmo sendo diferentes geograficamente.

## **2.2 AS VILAS DE PORTO DE PEDRAS E MACEIÓ**

A Vila de Porto de Pedras, que também foi nomeada anteriormente como Porto Real e Águas Belas anteriormente, tendo esse nome por se situar entre o mar e uma encosta de pedras, surge em 5 de dezembro de 1815 por meio de um Alvará Régio assinado por D. João VI que elevou o povoado à categoria de Vila<sup>2</sup>. Em um dos trechos é definido todo território dá ordens de como deveriam proceder a construção das edificações públicas:

A Villa do Porto das Pedras terá por Termo todo o territorio que existe a quem do rio Mangoaba até o rio de Santo Antonio Grande, ou a Pariqueira exclusivamente, que fica desmembrado da Villa de Porto Calvo. Em cada uma das sobreditas Villas se levantará Pelourinho, e a casa de Camara, Cadeia, e mais officinas necessarias serão edificadas á custa dos moradores debaixo da inspecção do Ouvidor da Comarca e aprovação da Mesa do Desembargo do Paço.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Perfil Municipal. Ano 4, no 4 (2013)- . Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018.

<sup>3</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1815, Página 54 Vol. 1 (Publicação Original) Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresal824/alvara-39549-5-dezembro-1815-569919-norma-pe.html>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

Um dos principais fatores do seu desdobramento foi devido ao intenso crescimento de Porto Calvo, onde existia um sistema escravocrata e de exportação açucareira fortemente estruturado na sociedade alagoana do século XIX (LINDOSO, 2019). Uma terra demarcada pelas várias tentativas de ocupações europeias, a primeira invasão holandesa na localidade que viria a ser Porto de Pedras ocorreu no início da década de 1630<sup>4</sup>.

Nesse contexto, a esquadra holandesa organizou um ataque a partir do lagamar da Rateia, empregando sua artilharia para efetuar disparos direcionados ao povoado, resultando em danos substanciais a várias embarcações portuguesas ancoradas na região. Os habitantes de Porto de Pedras manifestaram resistência ao desembarque das forças inimigas. Contudo, confrontados com uma ameaça iminente, optaram por incendiar a própria localidade e procurar abrigo nos engenhos situados no interior ou nos povoados adjacentes.

O governador, mais de dois anos decorridos nessa situação ao surgir-lhe a oportunidade com a adesão de Calabar, em abril de 1632, decide-se pela ofensiva e dá início a investidas que levam a devastação aos povoados e agrupamentos rurais das redondezas, coroada com o frio assassinio de moradores surpreendidos na sua faina diária. Movido pelo desejo de agradar aos seus empregadores, senão por uma espécie de instinto de saque, a atacar redutor militares do inimigo, a assediar o Arraial do Bom Jesus que tão perto ameaçava Recife, ele prefere assaltar povoações, engenhos, capelas e casas de fazendas e sítios, pelo interêsse dos despojos. (NEME, Mário. Op. Cit., 1971, p. 71.)

Este episódio marcou um período caracterizado por conflitos territoriais entre os holandeses e portugueses na região. Com a reconquista definitiva de Porto Calvo pelas forças portuguesas, Porto de Pedras surgiu, ressaltando assim a relevância estratégica e econômica dessa localidade.

Já no Império, incluindo o período do recorte temporal desta pesquisa, que é de 1830 a 1850, a região de Porto de Pedras era mais voltada ao viés da agricultura do açúcar e sua produção para o comércio, onde eram situados alguns engenhos como o Engenho Capricho da família Pimentel, Mata Redonda dos Verçosa, São Pedro dos Wanderley e diversos outros. Essa atividade econômica tinha mão de obra escravocrata, que explorava a população negra, forçando a trabalhos exaustivos e desumanos.

---

<sup>4</sup> SANTOS, Roberval. (Org.) Contribuição para a história da presença holandesa em Alagoas. Arapiraca: Eduneal, 2021.

Assim como grande parte do território do Nordeste no Brasil Imperial, com o avanço da indústria açucareira em Alagoas, faz surgir uma grande demanda por mão de obra escrava, tanto masculina quanto feminina, esse trabalhadores tornam-se imprescindível para a continuidade dos engenhos que vem desde o período Colonial e seguiu como uma vertente forte durante o Império, conforme discutido pelo Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva em seu artigo “Histórias, Independências e Alagoas nas Primeiras Décadas do Século XIX”:

Depois com a adesão ao Príncipe Pedro, que ao ser declarado defensor perpétuo demarcava sua futura condição de imperador, tudo planejado e executado de acordo com os interesses das elites, sem alterar a ordem escravista, sem mudar os direitos de propriedade e controlando, no caso das Alagoas, a presença dos europeus – que na verdade eram quase todos portugueses – mantendo na mão dos representantes locais a possibilidade de mais cargos.<sup>5</sup>

Ou seja, o Príncipe Pedro não alterou de maneira significativa a formatação da sociedade alagoana e do restante do Brasil, as mudanças eram bem vindas, porém com uma ressalva importante: quem estava no poder, continuaria no poder e a medida em que o número de escravizados crescia significativamente, as dinâmicas de trabalho na produção agrícola e comércio se desenvolviam também.

Já a Vila de Maceió foi fundada em 5 de dezembro de 1815, no mesmo Alvará Régio que fundou Porto de Pedras, passando ao status de capital da província de Alagoas em 1839. Antes disso, esta área fazia parte politicamente da Vila das Alagoas (atual Marechal Deodoro) e paroquialmente a Santa Luzia do Norte, o tamanho de seu território é definido neste trecho do documento “A Villa de Maceió terá por Termo todo o territorio que decorre até a barra da Alagoas, e dahi até os Rios de Santo Antonio Grande e Mandau, que fica desmembrado da Villa das Alagoas.”<sup>6</sup>.

O nome “Maceió” provavelmente deriva do termo tupi “Maçayó” ou “Maçai-ok”, que significa “o que tapa o alagadiço” ou “o que corta as águas” de acordo com o Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena do autor Clóvis Chiaradia. Maceió, enquanto localidade, viu sua importância crescer, inicialmente pleiteada tanto pela orla lagunar quanto

---

<sup>5</sup> SILVA, G. C. M. Histórias, Independências e Alagoas nas primeiras décadas do século XIX. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, v. 1, p. 57-76, 2022. p. 74

<sup>6</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1815, Página 54 Vol. 1 (Publicação Original) Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresa1824/alvara-39549-5-dezembro-1815-569919-norma-pe.html>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

pelo litoral, gradualmente assumiu um papel central no que diz respeito ao comércio e à urbanização na província.

A origem concreta de Maceió ainda é um mistério para a historiografia alagoana, surgindo assim duas fortes possibilidades de teorias. Uma delas é trazida pelo historiador Moacir Medeiros de Sant'ana, onde o Porto de Jaraguá, inicialmente um reduto de pescadores, desempenhou um papel de destaque no contexto desse crescimento econômico e populacional, uma vez que sua vantagem geográfica natural proporciona facilidades significativas no que diz respeito ao processo de desembarque e embarque de mercadorias de maneira menos complexa. José Fernando de Maya Pedrosa cita em sua obra trechos de pessoas que se referiam ao Porto e em alguns deles podemos ver que davam instruções para outras pessoas que viessem a desembarcar ali:

Dizia: “No Porto de Jaraguá podem surgir e carregar navios com cômodo desde setembro até abril, que reinam o nordeste e são muito abrigados. De maio até agosto que assopram os ventos do quadrante sueste não podem ali estar sem grande perigo a corrente da maré não os deixa filar ao vento puxando assim muito pela amarra.” (PEDROSA, J. F. 1998. p. 22)

A segunda teoria seria de que a Vila e posteriormente cidade surgiram a partir do Engenho de açúcar Massayó, que ficava localizado no centro da cidade banhado pelo riacho que levava o mesmo nome<sup>7</sup>. Segundo as fontes bibliográficas, o engenho não teve muito êxito, sobrevivendo somente a duas safras (LIMA, 1989), mas a quantidade de pessoas que viviam por ali após esta construção já era bastante notável pelo seu viés comercial derivado do porto já descrito acima.

A história de Maceió, hoje capital do estado de Alagoas, é rica e diversificada. Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região onde Maceió está localizada era habitada por povos indígenas, como os caetés e os tupinambás, que viviam da pesca, caça e agricultura. Com a chegada da colonização portuguesa, que começou na região no início do século XVI, estes indígenas que ali viviam foram massacrados e forçados a abandonarem

---

<sup>7</sup> [...] o riacho dividia a capital alagoana em dois bairros principais: Massayo ou Maceió, Rego Pitanga, Reginaldo e Salgadinho. Não se Massayo ou Maceió foi o nome do Riacho transmitido ao sitio, ao engenho e, posteriormente, a povoação, ou se, ao contrário, desta e que o pequeno curso d'água teria recebido denominação (LIMA JUNIOR, 1979, pp. 138-139).

suas terras. Durante os séculos XVII e XVIII, a economia da região era baseada na produção de açúcar, com a instalação de engenhos de açúcar ao longo da costa de Alagoas.

Não transcorreu muito tempo até que, em 1839<sup>8</sup> Maceió foi oficialmente designada como a nova capital de Alagoas. Todavia, a região também foi palco de diversos conflitos da história alagoana como a Revolução Pernambucana em 1817; a Guerra entre Lisos e Cabeludos em 1844, dentre outras.

A sociedade oitocentista de Alagoas, e grande parte do território colonizado pelos portugueses, tinham o poder e domínio da Igreja Católica Apostólica Romana como sua aliada. As igrejas, em sua maioria, ficavam situadas no núcleo central das Vilas, desempenhando um papel fundamental na orientação do espaço ao redor, exercendo influência na organização da vida social da comunidade e na configuração do traçado urbano (GUERREIRO, 2004).

Em Maceió não foi diferente, a origem urbana da cidade se desenvolveu a partir do espaço ocupado pelo poder religioso, a paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres foi fundada em 5 de julho de 1819, por Alvará assinado por D. João VI. Essa paróquia que a princípio era uma capela, sendo ela parte constituinte da estrutura dos engenhos, o elemento religioso fazia parte do cotidiano dos núcleos de povoados e contribuía para o desenvolvimento deles.

Como podemos identificar na imagem abaixo, esse núcleo urbano se desenvolve a partir do espaço construído por essa influência religiosa.

Figura 02 - Antiga capela paroquial de Maceió.



Fonte: Acervo IHGAL.

---

<sup>8</sup> Secretaria Municipal de Finanças de Maceió (ed.). História. Acessado em: 19/08/2023.

Desde o início, a Igreja Católica induz a conversão dos povos originários e africanos recém-chegados no Brasil do XIX, visto por eles como uma espécie de “favor”, esse processo de conversão forçada, já que estaria dando uma espécie de salvação ao “livrá-los” de seus cultos pagãos. Mediante tais ensinamentos do catolicismo para essa população, é induzido o medo da morte, com a justificativa do juízo final para o descanso eterno, onde só seriam salvos aqueles que seguirem à risca as escrituras sagradas bíblicas, e punidos os que não fizessem o que ali estava escrito. Assim o medo da punição gerou, de certa forma, a obediência.

Tais ensinamentos da Igreja católica contribuíram para a manutenção dessa estrutura social, em que enquadra obediência e punição, gerando um receio dessas pessoas em não cometer sacrilégio, assegurando assim sua “salvação”.

### **2.3 O MEDO DA MORTE, RITOS FÚNEBRES E IRMANDADES.**

Na obra “*A morte é uma festa*”, João José Reis nos fala um pouco sobre a constante preocupação da população sobre seus ritos fúnebres e amplia o nosso olhar para as práticas funerárias da população baiana oitocentista. Sua obra gira em torno de uma revolta popular que ocorreu em Salvador, onde uma multidão, com auxílio até mesmo da Polícia, destruiu o cemitério de Campo Santo que havia tido sua inauguração somente três dias antes. Como já havia citado antes neste mesmo capítulo, as Igrejas serviam como ponto central dos povoados e no momento da morte não seria diferente, o costume era de enterrar os corpos dos fiéis nas dependências da Igreja e quanto mais próximo, mais bem relacionada financeiramente o falecido teria sido em vida.

(...) os ritos devem ser sempre considerados como conjunto de condutas individuais ou coletivas, relativamente codificadas, com um suporte corporal (verbal, gestual, ou de postura), com caráter mais ou menos repetitivo e forte carga simbólica para seus atores e, habitualmente, para suas testemunhas, baseadas em uma adesão mental, eventualmente não conscientizada, a valores relativos a escolhas sociais julgadas importantes e cuja eficácia esperada não depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica do elo causa-efeito. (RIVIÈRE, C. 1997. p. 30)

Os ritos fúnebres domésticos no Brasil Colônia durante o século XIX desempenharam um papel crucial na forma como as pessoas entenderam a morte naquela época. Eles

refletiram uma complexa mistura de influências religiosas, culturais e sociais que moldaram a compreensão da morte. A influência dominante da Igreja Católica na sociedade colonial brasileira fez com que os ritos fúnebres fossem profundamente enraizados na fé católica. Isso permitia que as pessoas vissem a morte como uma parte do plano divino e buscassem conforto espiritual por meio das cerimônias religiosas.

O entendimento e o processo da morte no século XIX foram profundamente inspirados pelas religiões, culturas e ciências da época. A religião desempenha um papel central no entendimento da morte no século XIX. A maioria das pessoas na Europa e nas Américas, incluindo o Brasil, era cristã, e a crença na vida após a morte era fundamental. Muitos acreditavam que a alma sobrevivia à morte física e que o destino dessa alma após a morte era determinado por suas ações em vida.

Esses processos ritualísticos que acontecem na pós-morte seguem uma ordem de atividades que serão desempenhadas pelos familiares, religiosos e a comunidade em geral. O primeiro passo é a preparação do corpo, o corpo do falecido era geralmente preparado e vestido em casa, muitas vezes por membros da família, esse cuidado é fundamental é nesse momento em que o cadáver é higienizado com um banho que não poderia demorar considerando que o corpo poderia enrijecer.

Após o corpo higienizado ele é vestido, na maioria das vezes com uma mortalha, que era um tecido usado para envolver o corpo do falecido antes do enterro e desempenhava um papel importante nas cerimônias fúnebres. A mortalha era geralmente feita de linho, algodão ou seda, dependendo da disponibilidade de materiais e da classe social do falecido. As pessoas mais ricas podiam se dar ao luxo de usar materiais mais caros, como a seda, enquanto as famílias mais pobres usavam linho ou algodão simples.

Dando sequência a ritualista, o próximo ponto é o velório, onde os familiares se reúnem para um momento final que aquele falecido, seguindo depois para o cortejo fúnebre ou procissões fúnebres, quando o corpo é levado por amigos e familiares que acompanham a procissão a pé, até o local de sepultamento. O sepultamento em cemitérios era a prática padrão, que normalmente eram colocados perto de lugares considerados lugares sagrados.

Os funerais geralmente incluíam uma missa ou serviço religioso realizado em uma igreja local, todos esses pontos descritos previamente em seus Testamentos e posteriormente os valores catalogados em seus Inventários *Post-Mortem*. Durante a cerimônia, foram rezadas orações e lidas passagens da Bíblia para encomendar a alma do falecido a Deus. O luto foi distribuído com seriedade e respeito. Familiares enlutados usavam roupas pretas ou de cores

escuras como um sinal de luto. Esse período de luto pode durar vários meses ou até anos, dependendo do grau de parentesco com o falecido.

Esses familiares enlutados sempre procuravam o conforto no espaço religioso, em questão a Igreja Católica. No contexto do século XIX no Brasil, particularmente nos meados desse período, as irmandades desempenharam um papel significativo na organização social, religiosa e cultural da sociedade, e em Alagoas não seria diferente. Essas irmandades<sup>9</sup>, conhecidas também como confrarias, eram associações religiosas formadas por grupos de fiéis que compartilhavam uma devoção comum, geralmente associada a um Santo Padroeiro, e que se uniam para a realização de obras de caridade, cultos religiosos e atividades sociais. Além disso, elas desempenhavam um papel importante nos ritos fúnebres da sociedade da época e chegavam, em alguns casos, até serem citadas nos Testamentos e Inventários *Post-Mortem* de seus membros como responsáveis pela efetivação de seu funeral.

As irmandades tinham como um de seus principais objetivos prestar assistência aos seus membros em momentos de doença e, especialmente, no momento da morte. Elas providenciavam enterros dignos e auxílio material e espiritual às famílias enlutadas. Desempenhando assim, um papel central na organização dos rituais de passagem, garantindo que os funerais fossem conduzidos de acordo com os preceitos religiosos e culturais da época. Elas cuidavam dos detalhes cerimoniais, como a celebração de missas e a condução dos cortejos fúnebres. Já algumas irmandades mantinham seus próprios cemitérios, nos quais os membros tinham o direito de serem sepultados. Isso garantia uma sepultura digna e perpetuava a memória dos falecidos.

A participação nessas associações proporcionava um senso de pertencimento e identidade religiosa, devido à forte presença da religiosidade católica na região, e cultural compartilhada. Existiam também alguns critérios para participar delas como seu status social, gênero, costumes e cor, além de seus preceitos base de lei e moral, tornando algumas irmandades mais parecidas ou diferentes umas das outras. Félix Lima Júnior em sua pesquisa nos atenta a isso, e também dá detalhes de que algumas até tinham distinção de faixa etária de seus membros como podemos ver na de Nossa Senhora do Livramento, durante o século XIX, era regulamentada por leis que vedavam a admissão de idosos, uma restrição vinculada a interpretação de desejo de buscar amparo somente quando se encontravam diante da morte. Isso pode ser corroborado pelo teor do artigo 2º de sua referida legislação:

---

<sup>9</sup> LIMA JÚNIOR, Félix. Irmandades. Imprensa Oficial, Maceió. 1970.

“E porque alguns velhos por se verem chegados à morte, procuraram, por negócio, entrar na Irmandade para terem seguro o enterro e sufrágios, não tendo feito algum serviço na Confraria, acordam os irmãos assinados que não se aceite nela homem ou mulher de 50 anos para cima, se que dêem de sua entrada 16\$000, pagando daí por diante o anual de 320 réis como o dos demais irmãos; e querendo qualquer irmão remirse , tendo mais de 50 anos, dará, além de sua entrada, 50\$000. Os que não tiverem mais de 50 anos só darão 25\$000, e não pagarão mais anual, nem ficaram mais obrigados a cargo algum desse ônus, exceto aos que quiserem voluntariamente prestarse.” (LIMA JÚNIOR, 1970, p.30)

Outra visão que o autor nos dá é que as Irmandades não seriam fundadas somente por pessoas brancas, mas pessoas negras também sentiam o desejo de fazer parte de uma e até mesmo alguns escravizados, com a prévia permissão de seus ditos senhores. Levando-nos a crer, após a leitura, de que estas irmandades religiosas serviam como acolhimento de certos grupos sociais que correspondiam aos devidos critérios de suas respectivas irmandades, mas isso não a torna menos importante para o contexto social da época, somente devemos admitir que houvesse certos limites no que se refere ao suporte de pessoas das classes econômicas mais baixas e de cor.

### **3. CAPÍTULO 2: O USO DE INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* E TESTAMENTOS COMO FONTES HISTÓRICAS**

O presente capítulo visa reunir as reflexões que surgiram após um levantamento preliminar durante uma pesquisa historiográfica voltada para a exploração dos Inventários *Post-Mortem* e de possíveis Testamentos nas Vilas de Maceió e Porto de Pedras, localizadas na Província de Alagoas no recorte temporal dos anos de 1830 a 1850. A fonte de estudo escolhida está no acervo do APA, e busca servir como fundamento para um exame aprofundado, permitindo assim uma análise do contexto histórico dessa sociedade alagoana. Num primeiro momento daremos ênfase no Livro IV das Ordenações Filipinas e da sua importância nas questões jurídicas na partilha de bens do Brasil Imperial, trazendo como exemplos trechos de alguns requisitos prescritos neste compilado que previam diversas situações que poderiam ocorrer e, com isso, resguardar os direitos dos herdeiros da melhor forma possível, reforçando nossa argumentação com a obra “*O Desaparecimento do Dote*” de Muriel Nazzari.

As características da documentação e sua quantidade também são um ponto abordado nesse capítulo, onde podemos observar de maneira mais palpável o quantitativo separados por gênero e localidade, ao trazer referenciais teóricos de Eduardo Paiva, João José Reis e Gian Carlo de Melo Silva visamos reforçar a pesquisa das fontes com o que já é visto da historiografia, trazendo assim a possibilidade de novos olhares para este tipo de documentação. Observar as estratégias de manutenção de herança e da valorização de cativos enquanto bens declarados como posse, pretendendo nos atentar às características que poderiam elevar ou diminuir seu valor de mercado. Num terceiro momento, propomos expor a nossa metodologia e análise, com os historiadores Carlo Ginzburg e Jacques Revel nos mostrando a Micro-História e em como ela será usada neste Trabalho de Conclusão de Curso, com Adriano Teixeira Braga, Muriel Nazzari abordando o uso desse tipo de fonte e como ela nos apresenta alguns detalhes da vida íntima daqueles inventariados e de seus herdeiros.

#### **3.1 AS ORDENAÇÕES FILIPINAS**

No Brasil do século XIX, regido sob domínio e influência portuguesa em nosso território, era de se pensar que nossos deveres e nossas leis também viessem importadas do que era exigido em Portugal, e com os Testamentos e Inventários *Post-Mortem*, não era diferente. Avaliados sob a compilação jurídica denominada como Ordenações Filipinas que

foi promulgado em 11 de janeiro de 1603, por falta de leis específicas nacionais até 1916 quando foram promulgados o Código Civil e o Código do Processo Civil, ou seja, serviu como base por quase 228 anos na história brasileira.<sup>10</sup>

Nas o Livro IV das Ordenações Filipinas, intitulado título “Do inventário e partilha” os testamentos são vistos da seguinte forma:

**Título LXXX (Dos testamentos, e em que fôrma se farão (3)):** “Querendo alguma pessoa fazer testamento aberto per Tabellião público (1), pode-o-ha fazer, com tanto que tenha cinco testemunhas varões livres, ou tidos por livres (2), e que sejam maiores de quatorze annos, de maneira que com o Tabellião, que fizer o testamento, sejam seis testemunhas.” (Ordenações Filipinas, Livro IV, Título LXXX).

Assim, compreendemos que era estabelecido alguns requisitos, incluindo idade mínima, que deveriam ser seguidos para que esta documentação fosse considerada válida. No caso dos Inventários *Post-Mortem* existe um Título inteiro destinado ao que viria ser considerado a herança designada ao viúvo(a) e demais herdeiros, dando destaque ao fato que mesmo que fosse fruto de uma doação e apostas, entraria no espólio da mesma maneira, caso tivesse sido adquirida após o casório:

**TITULO XCVI. (Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros (4)):** “ Entrão nesta classe (de adquiridos): 1º -os fructos, rendimentos e accessões de bens addusidos para o casal pelos conjuges (e portanto as crias ou filhos de escravos): 2º - os adquiridos por seu emprego, trabalho ou industria: 3º - os adquiridos por compra, ou outro titulo oneroso, ainda que só em nome dos conjuges: 4º - os adquiridos por factos fortuitos, como loteria, jogos, apostas.

Por outra, entrão nesta classe todos os bens que se achão no casal, depois de tirados os addusidos por cada um dos conjuges (Borges Carneiro - Dir. Ciu. liv. t t. t4 § t35 n. 4) por ocasião do casamento, ou depois delle por herança, doação, ou legado como a acima explicou-se.” (Ordenações Filipinas, Livro IV, Título XCVI).

Tal qual existiam diversos critérios para que não ocorresse uma diminuição significativa no espólio da família, como por exemplo, do TÍTULO XII - Das vendas e trocas, que alguns fazem com seus filhos ou netos (3): “Escravo não pode forrar-se em inventario

---

<sup>10</sup> PASTANA, Andréa. EM NOME DE DEUS, AMÉM!: Mulheres, escravos, famílias e heranças através dos Testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX. Belém, 2008. p. 24.

sem que algum herdeiro permita, tomando-o á sua parte” (Ordenações Filipinas, Livro IV, TÍTULO XII). Em que estabelecia que o indivíduo escravizado precisava da permissão de ao menos um dos herdeiros lhe desse a permissão, mesmo que fosse um desejo do Inventariado forrá-lo após seu falecimento.

Um outro Título das Ordenações Filipinas previam o desejo de um pai de família desejar casar-se novamente, mas que para isso precisaria fazer um Inventário definindo quais foram os bens adquiridos no primeiro casamento e, posteriormente, um outro separado do segundo casamento, para que os filhos recebessem de forma justa o que viria a ser de sua legítima materna:

**Título XCII (Como os irmãos de danado coito (7) succedem huns a outros.):** “E a fim de que cessem e,tas desordens tão prejudiciaes ao augmento das familias, que contém utilidade publica: Estabeleço, que todo o Pai de familias, que casar segunda vez, tendo filhos do primeiro matrimonio, seja obrigado a fazer inventario dos bens moveis, semoventes, de raiz, e acções que tiver ao tempo do dito segundo matrimonio, e a segurar com caução de indemnidade, as legitimas, que nos taes bens tocarem ao filho, ou filhos do dito primeiro matrimonio; de sorte que não possam distrahir-se, e menos alhear-se por qualquer titulo que seja: Prohibindo como prohibo, a communicação dos referidos bens pelas segundas nupcias. (Ordenações Filipinas, Livro IV, TÍTULO XCII)

Investigar esse tipo de documento constitui, principalmente, uma imersão no estudo da subsistência das interações familiares, das vivências cotidianas e da sociedade. No caso dos Testamentos, escritos em prévio ao desenlace vital, engendra-se o registro da última vontade, frequentemente atestado por testemunhas. Por outro lado, o Inventário *Post-Mortem*, conforme denota sua própria nomenclatura, é compilado após o óbito. Mediante desta segunda documentação, concretiza-se a agregação dos ativos patrimoniais do falecido, viabilizando a posterior partilha entre os herdeiros.

Ao efetuar uma análise historiográfica nos Inventários *Post-Mortem*, sejam eles de indivíduos do sexo masculino ou feminino, um aspecto de notável relevância emerge no contexto da intersecção entre família e herança: a figura do conjuge, surgindo com recorrência nos documentos em questão, desempenhando o papel do “*Cabeça de Casal*”. Consolidado na documentação, este título se reveste de bens imóveis até a quantificação de cativos, a mobília e os trajés.

**TÍTULO XCV (Como a mulher fica em posse e cabeça de casal por morte de seu marido(I)):** tratando dos direitos do Cabeça de casal, quanto a venda dos bens do mesmo casal, e acções que pode propôr, di, o seguinte : , O Cabeça de casal poderá demandar, ser demandado sem assistencia ou citação dos coherdeiros. (Ordenações Filipinas, Livro IV, TÍTULO XCV)

A partir disso, e ao interpretar o Título na íntegra, entendemos a autonomia do Cabeça de Casal em administrar os bens da família, mas no caso da mulher só ocorreria em caso da morte de seu marido. Para exemplificar este caso, em que uma mulher aparece nesta posição, Anna Francisca, moradora da Vila de Porto de Pedras, aparece no inventário de Lourenço da Silva Bezerra, como cabeça de casal e inventariante dos bens de seu falecido marido. Paralelo a isso, na transcrição abaixo, podemos observar um trecho onde o marido aparece como Cabeça de Casal no Inventário de seu sogro:

ANEXO A - Figura e transcrição do Inventário de Antônio da Costa e Silva - 1838, Porto de Pedras.

Herdeiros /  
o Diretor Joaquim Jose da Costa 1 /  
Pedro Manoel da Costa 2 /  
João da Costa Silva /  
Filho Jose da Costa 4 /  
o R[do] Jose Joaquim da Costa 5 /  
Jose Vilela de A[...] como cabeça /  
de sua mulher Maria de tal 6 /  
Bernardo Jose Martins como /  
Cabeça de sua mulher Ange- /  
lica 7  
Fonte: Arquivo Público de Alagoas – APA. Caixa 181.

Mediante a catalogação desses elementos, surge a constatação de que múltiplos fatores papel central, particularmente em casamentos, onde a esposa, ainda que herdeira legítima de bens paternos e maternos, ao se unir em matrimônio, vê sua herança transformada em um bem pertencente ao casal, sob a administração legal de seu marido, conforme elucidado na obra “*O Desaparecimento do Dote*” de Muriel Nazzari:

Embora o casamento constituísse uma sociedade entre os cônjuges, na qual todos os bens eram do casal, o marido era o chefe legal da sociedade, ou o “cabeça do casal”, e o administrador de todos os

bens que possuíam em conjunto e por isso, achava que as decisões eram somente dele. (NAZZARI, Muriel. 2001. pp. 60-61)

No século XIX, os testamentos e inventários tinham definições semelhantes às que têm hoje em termos de sua função básica, mas havia algumas diferenças significativas em relação ao contexto histórico e às práticas legais da época. Um testamento no século XIX era um documento legal pelo qual uma pessoa, chamado testador ou testadora, declarava suas vontades e disposições sobre como desejava que seus bens e propriedades fossem distribuídos após sua morte.

O inventário era um procedimento legal importante usado para listar e avaliar os bens e propriedades de uma pessoa falecida. O objetivo principal do inventário era determinar o patrimônio total do falecido, incluindo seus bens, propriedades, dívidas e obrigações financeiras. Isso era fundamental para a distribuição dos bens de acordo com as leis de herança e as disposições do testamento, se houvesse um Processo Legal, o inventário era um procedimento legal formal, conduzido geralmente por autoridades locais ou juízes de órfãos. Foi realizado em conformidade com as leis e regulamentos vigentes na época e estava sujeito às práticas legais específicas da região. Nomeação de Inventariante, um inventariante era nomeado para supervisionar o inventário.

### **3.2 AS CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* E A QUANTIFICAÇÃO DAS FONTES**

As fontes deste Trabalho de Conclusão de Curso, em sua grande maioria, foram encontradas no Arquivo Público de Alagoas, localizado no bairro de Jaraguá, relativamente bem conservadas em seu acervo, separadas por períodos e localidades. O acesso a essas documentações puderam ser efetuadas mediante a prévios agendamentos solicitação a Instituição, num primeiro momento a escrita e forma de organização da documentação foram um dos principais desafios encontrados no processo, mas o tempo e experiência, tanto na prática quanto na teoria, contribuíram para que avanços positivos fossem alcançados. Ao iniciar a análise de um dos primeiros resultados desta pesquisa, é imprescindível destacar um achado notório:

Tabela I – Os Inventários *Post-Mortem* analisados em sua totalidade separados por gênero (1830-1850).

	<b>Número de Inventariados</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Mulheres</b>	14	46,66%
<b>Homens</b>	16	53,34%
<b>Total geral de Inventariados</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo Público de Alagoas – APA

No que se refere a análise desta tabela, podemos ver que a distribuição dos Inventariados conforme suas identidades de gênero revelam uma relativa paridade quantitativa. Cabe salientar que estes Inventários não são todos que o Arquivo Público de Alagoas dispõe, alguns documentos deste recorte temporal estão quebradiços ou de difícil manuseio, então optamos por não mexer para conservar o material, um outro ponto a se observar foi que a grande maioria dessas documentações não vinham com o Testamento anexado ao Inventário, tornando dificultosa a compreensão de que se realmente a vontade do falecido foi respeitada, sobre qual Igreja gostaria que sua missa fosse realizada ou qualquer outra questão pertinente. Paralelo a isto, se fez necessário, para um melhor entendimento, fazer também uma outra tabela acentuando a localidade de cada um desses Inventários *Post-Mortem*.

Tabela II – Descrição quantitativa das Vilas onde os Inventariados residiam (1830-1850).

<b>Vilas em que os Inventariados residiam</b>	<b>Número de Inventários analisados</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Moradores da Vila de Maceió</b>	8	26,68%
<b>Moradores da Vila de Porto de Pedras</b>	22	73,32%

Fonte: Arquivo Público de Alagoas – APA

A diferença quantitativa entre as localidades é algo que devemos ressaltar e isso se deve ao fato, principalmente, do recorte temporal já que a maioria dos Inventários *Post-Mortem* de Maceió dispostos no Arquivo Público de Alagoas são da segunda metade do XIX em diante. Já no caso da Vila de Porto de Pedras, a quantidade de documentação é bem maior do que a primeira citada. Entretanto, veremos que apesar disso, a maioria dos moradores da Vila de Maceió analisados têm uma herança significativamente maior se comparada aos inventariados de Porto de Pedras.

Após uma análise desses registros, torna-se importante entender o contexto em que emergem, revelando que os herdeiros assumiram a responsabilidade de realizar as vontades dos falecidos e especificações referentes à organização de sua cerimônia fúnebre. É possível compreender o medo perante a morte entre esses sujeitos, refletido por meio da adoção de medidas precavidas e da contribuição para celebrações litúrgicas, com a intenção de assegurar uma perpetuação tranquila após o óbito. Tais prerrogativas convergem com as observações apontadas pelo historiador João José Reis (1997, p. 103-104).

O inventariante era geralmente um membro da família do falecido ou uma pessoa de confiança. Sua função era listar e avaliar todos os bens e dívidas do falecido de maneira imparcial. Listagem de Bens e Dívidas, durante o inventário, todos os ativos do falecido foram registrados e avaliados, incluindo terras, imóveis, dinheiro, móveis, jóias, gado e outros bens. Ao mesmo tempo, todas as dívidas e obrigações financeiras do falecido, como empréstimos, impostos e despesas funerárias, foram identificadas. Avaliação de Bens, os bens foram avaliados de acordo com seu valor de mercado na época. Avaliadores ou peritos puderam ser contratados para determinar os valores justos dos bens. Documentação Escrita, o inventário foi documentado num processo formal, que incluía a lista de bens, os valores atribuídos a cada um, as dívidas e as obrigações financeiras. Esse documento serve como registro oficial e legal do patrimônio do falecido para a distribuição de seus bens.

O autor Eduardo Paiva (2009, p. 43) salienta em sua obra, que este tipo de documentação é riquíssima para o estudo desses grupos sociais. Estes registros permitem a exploração não apenas da esfera cognitiva, onde se manifestam aspirações e anseios, mas também da dimensão da cultura material através da catalogação de propriedades. Como tal, oferecem uma oportunidade de compreender mais profundamente o funcionamento da economia regional. Conforme a observação de Magalhães (1989, p. 31), estes registros possuem características únicas que exigem uma análise aprofundada de suas peculiaridades e detalhes.

Em sua maioria, tais inventários pertencem à esfera das camadas médias da sociedade alagoana, revelando informações valiosas sobre o que ocorre dentro das residências e da esfera íntima do inventariado. Pois estamos diante de comportamentos, mortes, doutrina, religiosidade, crenças e devoções, dentre outros assuntos muito distintos que podem influenciar a soma final desses bens, destacando-se, por exemplo, as obrigações financeiras e os dotes matrimoniais. Pensando, além disso, temos acesso a lista de Bens Escravos e até das

relações de poder e interação que existiam entre o escravizado e seu senhor. Afinal, possuir um escravo em uma sociedade escravagista significa ter prestígio entre as camadas sociais.<sup>11</sup>

Segundo o historiador Gian Carlo de Melo Silva em seu artigo “Escravidão e bens no Recife no limiar do século XIX” o valor do indivíduo escravizado variava por diversos fatores, mas os principais deles eram a idade e o ofício que poderia possuir, seja ele sapateiro, carpinteiro ou vendedor, o fazia se destacar entre os que não foram ensinados a fazer nenhuma atividade específica. Um outro ponto que agregava valor era se ele próprio havia vindo da África ou se já nasceu no Brasil como descendente daqueles que vieram nas décadas ou até séculos passados. Eram tratados como verdadeiras mercadorias e até mesmo se possuíam todos os dentes era levado em conta na avaliação.

Várias técnicas foram aprimoradas para potencializar o valor de mercado, o autor cita que geralmente raspavam os pelos de cativos de idade mais avançada e esfregavam a pele de seus rostos com pedra hume, numa tentativa de esconder os fios brancos. Por isso, quando avaliamos a descrição de bens em Inventários *Post-Mortem* é comum de se ver o nome, idade e às vezes até as qualificações deste escravizado, também é recorrente se deparar com os nomes de locais que possam remeter sobre qual parte da África de onde ele veio, como Angola e Costa da Mina, ou nomenclaturas referenciando o tom de pele para aqueles negros já nascidos no Brasil, como cabra, crioulo e mulato. Como podemos observar no quadro abaixo parte do cenário do território alagoano:

Quadro I - Nomenclaturas comumente atreladas a origem ou tom de pele do indivíduo escravizado (1830-1850)..

<b>Nomenclaturas encontradas nos Inventários</b>	<b>Número de Inventários que contêm essa nomenclatura entre os escravizados</b>	<b>Quantidade de escravizados citados com essas descrições</b>
Africano(a)(*)	1	1
Angola/da Nação Angola	20	29
Cabra/Cabrinha(**)	12	19
Caboclo(**)	1	1

<sup>11</sup> PASTANA, Andréa. EM NOME DE DEUS, AMÉM!: Mulheres, escravos, famílias e heranças através dos Testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX. Belém, 2008. p. 85.

Crioulo/Criolo (**)	22	54
Mina / da Mina / Costa da Mina / da Costa	5	15
Mulato(a)(**)	15	33
Nagô	1	1
Pardo (**)	2	4

(\*): Não foi dito exatamente qual o país de origem. / (\*\*): qualificações que pessoas escravizadas geralmente recebiam quando eram nascidas no Brasil.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA

Deve-se atentar ao fato de que essa nomenclatura “Africano” não era tão comum assim de ser vista, tendo sido uma exceção entre toda a documentação avaliada. No caso de Angola e Mina, e seus derivados, trata-se de um conceito de território mais palpável para definirmos a origem deste negro escravizado, porém com a devida cautela de que nem em todas as vezes seja tão confiável assim, já que com as várias paradas em portos da costa ocidental africana para conseguir encher os navios de negros, não nos surpreende se em algum momento os generalizassem como um só povo.

### 3.3 METODOLOGIA E ANÁLISE

Para uma análise embasada nos parâmetros da historiografia, vamos utilizar como metodologia a Micro-História, originada no final da década de 1970 por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, com a finalidade de explorarmos o micro para entender o macro, analisando os detalhes trazidos nos inventários, para contextualizar as nuances cotidiano da sociedade alagoana e da manutenção de herança.

Segundo o historiador italiano Carlo Ginzburg “[...] reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia” (GINZBURG, 2007, p. 265). No nosso caso explorar minuciosamente esse grupo de inventários e seus atores, para a partir dessas análises identificarmos elementos que nos permitam entender como funcionava essa sociedade. O historiador Jacques Revel, aponta em sua obra a heterogeneidade do grupo se comparada às suas próprias pesquisas:

o caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal existia um texto fundador, um mapa teórico da micro-história. É que ela não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. [...] A micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico (REVEL in REVEL, 1998: 16).

Ao olharmos com mais atenção, podemos dar voz a indivíduos que, até então, eram invisibilizados e esquecidos, como crianças e mulheres, por aqueles que diziam deter o conhecimento e, dessa maneira, o poder do ambiente em que vivem. Conhecer a sociedade, independente da época em que se trate, é conhecer as estratégias de manutenção da liberdade.

Então, para isso, a documentação das localidades escolhidas para debater com os nossos referenciais teóricos, de acordo com as limitações do recorte temporal, decidimos focar nossa análise na documentação das citadas Vilas. Os registros testamentários, que incluem o Inventário *Post-Mortem* e o Testamento, este segundo sendo sempre que possível, desde que estejam anexos a primeira documentação citada, mantém sua relevância atual como requisitos exigidos pelas instâncias estatais para a formalização da catalogação de ativos patrimoniais e a subsequente partilha entre herdeiros e legatários (TEIXEIRA, 2012, p. 64).

Dentre as fontes historiográficas, o Inventário *Post-Mortem* de Anna de Souza Sepulvida, moradora da Vila de Maceió, se sobressai dos demais. Ela tinha sob sua posse cerca de uma centena de negros escravizados, onde, dentre eles, existiam diversos filhos das escravizadas também listadas no documento da falecida. Mostrando para nós que sim, havia essa troca de ligação entre os escravizados do mesmo núcleo ou de núcleos diferentes, simplesmente por se tratar de seres humanos com anseios sociais e desejos íntimos de se estabelecer, onde quer que estejam, desde que sejam juntos e como uma família.

Através de uma análise de cunho histórico, foram feitas as estratégias empregadas na perpetuação da herança, desvendaram-se as dinâmicas de poder inerentes à relação entre o senhor de escravos e os indivíduos subjugados, bem como o surgimento das tentativas destes últimos de redirecionar seus destinos rumo à conquista da liberdade. Não podemos romantizar, de forma alguma, esta relação entre as duas classes, podem ter existido exceções, mas não podemos tomá-las como exemplo generalizado do que girava em torno do Brasil do

século XIX. Esse era um período em que a cor da pele definia a posição social, determinava o acesso ao direito à liberdade, e que resultava em silenciamentos injustos impostos às classes consideradas socialmente “inferiores” na ordem da sociedade imperial.

O Dote também apresenta-se como um elemento de significativa influência no contexto das relações intercorrentes entre os diversos herdeiros e o processo de partilha. Com efeito, o comprometimento de qualquer forma de Dote revela-se como um compromisso de natureza devedora, o qual, no âmbito de um procedimento sucessório, ostenta um estatuto de prioridade. Dessa forma, a quitação de obrigações de cunho dotal deveria ser cumprida previamente à efetiva distribuição dos ativos entre os beneficiários consanguíneos.

Um bom exemplo de como os dotes podem alterar o valor final da herança de uma família foi encontrado no Inventário *Post-mortem* de Manoel José de Moraes, morador da Vila de Porto de Pedras, onde foram declarados os dotes de quatro de suas filhas. A quantia total de bens declarados em seu Inventário foi de 970\$000 réis (novecentos e setenta mil réis) e o valor do dote de sua filha chamada Dona Francisca de Moraes, então casada com o Capitão Francisco Bertho, foi de 482\$000 réis (quatrocentos e oitenta e dois mil réis).

A respeito da ausência de menção acerca dos montantes específicos concernentes aos dotes das outras três filhas já contraídas em matrimônio, emerge em meu entendimento a conjectura de que os valores dotalícios correspondentes a essas filhas possivelmente tiveram uma proporção semelhante àquele entregue para a filha Dona Francisca de Moraes. Este apontamento conduz-me a uma análise comparativa entre os montantes oriundos do Dote e a herança partilhada entre a viúva e os filhos solteiros. Evidencia-se, de maneira inegável, que a quantia destinada à mencionada viúva e aos filhos solteiros revelou-se notavelmente menor comparada aos montantes dados às irmãs favorecidas com dotes matrimoniais mais substanciais. Tal disparidade, como resultado, culminou na exclusão das filhas dotadas do processo de partilha dos bens patrimoniais. Já que seus dotes teriam sido bem mais compensadores que a herança deixada pelo patriarca da família Moraes e se caso alguma dessas quatro optasse por participar dessa divisão deveria devolver o valor do dote para que ele fosse somado ao total de bens da família para o espólio ser dividido de maneira igual entre os herdeiros.

Muriel Nazzari analisou também que, existiam mais vantagens relacionadas ao dote como a proteção de penhora em caso de falência do marido, ou ser restituído integralmente em caso de divórcio. No decorrer da pesquisa, foi encontrado algo bastante incomum nos Inventários analisados. Especificamente no Inventário de Lourenço da Silva Bezerra, um morador da Vila de Porto de Pedras, foi registrado que o falecido havia fornecido dotes para

seis dos seus sete filhos herdeiros, independentemente de serem homens ou mulheres, desde que já estivessem casados. Essa é uma situação que não aparece em outros documentos estudados, principalmente no que diz respeito aos filhos homens. É uma particularidade interessante, já que em geral não é comum encontrar esse tipo de arranjo beneficiando filhos do sexo masculino. Uma hipótese levantada é da possibilidade desses filhos terem seguido a vida eclesiástica, já que filhos homens só recebiam dotes se se tornassem padres, já que nunca se casariam, e, portanto, não receberiam dotes provenientes de suas esposas.

Os padres eram os únicos filhos a receber dos pais doações pre-mortem tão consideráveis quanto os dotes de suas irmãs. Os padres precisavam de bens em terras e índios que lhes proporcionassem um meio de vida, uma vez que a Coroa sustentava muitos poucos padres (...) (NAZZARI, 2001, p.50).

A única coisa que difere entre esses dotes é o fato de que os dos filhos homens eram em média de 95\$000 (noventa e cinco mil réis) a 100\$000 réis (cem mil réis), sendo os filhos Francisco de Assis e Braz Lourenço a serem dotados com o valor mais alto desta média. Já suas três filhas foram dotadas com um valor que girava em torno de 242\$000 (duzentos e quarenta e dois mil réis) a 260\$000 réis (duzentos e sessenta mil réis), mais que o dobro do dote dos irmãos do sexo masculino, entre as mulheres a que foi dotada com a maior quantia foi Liberata Maria, esposa de Manoel Joaquim de Mello.

ANEXO B - Figura e transcrição do Inventário de Lourenço da Silva Bezerra - 1839, Porto de Pedras.

2º  
Declarou mais terem dado em /  
dote ao seu filho Francisco de/  
Accis, a quantia de Cem mil /  
réis, por mim ti de hum escravo /  
de nome João 100\$000  
Fonte: Arquivo Público de Alagoas – APA, Caixa 180.

A herança de Lourenço da Silva Bezerra era de 1:679\$560 réis (um conto, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta réis), valor este já tendo sido subtraído o custo dos dotes enquanto o inventariado ainda era vivo. Vale ressaltar que no Inventário *Post-Mortem*, não é explicado por que o filho Manoel, que tinha 20 anos quando seu pai faleceu e já era casado, não recebeu um dote como seus seis outros irmãos receberam. Isso deixa uma lacuna, já que não sabemos o motivo dessa diferença em relação às regras que foram aplicadas aos

outros filhos. É importante considerar e investigar essa falta de informação no contexto da pesquisa.

No caso de mulheres que se casaram mais de uma vez, deparei-me com Josefina Maria dos Santos, cujo inventário apresentou uma terminologia até então inédita em meu repertório: “*1ª Cama*”. Esta expressão foi empregada para fazer menção aos filhos que resultaram do primeiro ou do segundo casamento da mencionada senhora. Importa destacar que, embora a partilha de bens tenha sido realizada sem diferença no valor dos montantes distribuídos, é importante inferir que tal nomenclatura foi adotada por desejo do 2º marido de Josefina Maria dos Santos, que atuava como inventariante. A utilização deste termo parece ter sido uma maneira de enfatizar a filiação dos herdeiros, distinguindo aqueles que eram seus descendentes biológicos daqueles que não o eram.

#### **4. CAPÍTULO 3: UMA MICRO-HISTÓRIA DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*: ANNA DE SOUZA SEPULVIDA**

Neste terceiro capítulo, temos como objetivo elucidar os Inventários *Post-Mortem* na Micro-História, trazendo conosco a metodologia de análise da micro-história, que foi inicialmente abordada no capítulo anterior. Buscando trazer narrativas específicas que nos ajudem a acentuar até mesmo os eventos considerados mínimos, com o uso de tabelas de catalogação de bens e mapas, pretendemos trazer um conceito mais palpável da história que queremos destrinchar nessa terceira parte. Ao utilizar como referência bibliográfica obras de Carlos Bacellar; Gian Carlo de Melo Silva; Cícero Péricles de Carvalho; Sheila de Castro Faria; Moacir Medeiros de Santana; Richard Graham; Luiz Felipe de Alencastro pretendemos reforçar o conteúdo estudado até aqui e abrir margem para novos estudos que possam vir a surgir futuramente.

A localização das Vila de Maceió e Porto de Pedras fica bem mais precisa conforme apresentamos alguns exemplos citados nos Inventários *Post-Mortem*, assim como a presença de Anna de Souza Sepulvida se sobressai entre eles. Ao abordar as nuances da catalogação dos bens, principalmente de escravizados, podemos ver as tentativas de fuga e o escravizado visto como um item de status social. A documentação de Anna de Souza Sepulvida ganha grande destaque no decorrer deste capítulo, em que apresentamos detalhes sobre ela e sua família, além de suas estratégias para manutenção de seu espólio, Tornando assim, a sua existência o elo que une as duas localidades neste Trabalho de Conclusão de Curso.

##### **4.1 OS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* NA MICRO-HISTÓRIA**

Os inventários, também conhecidos como Inventários *Post-mortem*, inventários de bens ou inventários de heranças, são documentos históricos valiosos que listam os bens, propriedades e posses de uma pessoa após sua morte. Eles podem ser usados como fontes ricas para pesquisas históricas e genealógicas, fornecendo informações sobre a vida cotidiana, a riqueza, o material cultural e as relações familiares de uma época. Como Carlos Bacellar cita em sua obra, este tipo de documentação abre margem para uma camada de média e pequeno porte:

Há ainda uma tendência bastante consistente de se buscar estudos de casos em propriedades de alguma dimensão, com escravarias na casa

de algumas dezenas de indivíduos, justamente por serem os setores melhor documentados, principalmente no que diz respeito aos inventários e testamentos. Mas é necessário buscar melhor conhecer os pequenos escravistas, com menos de dez indivíduos em seu plantel, de maneira a mapear as práticas do compadrio e, também, de estabelecimento de famílias e de reprodução vegetativa. (BACELLAR, 2011, p.6).

A atividade de analisar os inventários como fonte histórica, nos possibilita uma série de opções que podemos identificar as informações contidas neles, especialmente quando se adota a abordagem da micro-história, como metodologia de análise. A micro-história é uma abordagem histórica que se concentra em investigar eventos, indivíduos e comunidades de maneira específica e minuciosa. Ao contrário da história tradicional, que muitas vezes se concentra em eventos macroscópicos e figuras de destaque, esta forma de se pesquisar busca compreender a vida cotidiana e as experiências das pessoas comuns e, a partir disso, surgem os Inventários como fonte histórica nesse trabalho.

Nesse contexto, houve uma meticulosa investigação no que se refere à organização dessas documentações. Notou-se que, em grande parte das instâncias analisadas, se consagrava um padrão na sequência de descrição dos ativos patrimoniais: dinheiro; metais preciosos como ouro, prata e cobre; mão de obra escravizada; pertences móveis; propriedades imóveis; animais, entre outros.

Tabela III – Catalogação geral dos bens encontrados nos Inventários Post-Mortem (1830-1850).

	<b>Número de Inventários que contêm esse tipo de bem</b>	<b>Porcentagem aproximada (%)</b>	<b>Maior quantia encontrada desse bem em um Inventário (*)</b>
<b>Dinheiro</b>	3	10,00%	1:178\$000 réis Maria Joaquina de São Pedro - Maceió, 1848 (Caixa 2405)
<b>Ouro</b>	15	50,00%	347\$200 réis Maria Joaquina de São Pedro - Maceió, 1848 (Caixa 2405)
<b>Prata</b>	13	43,39%	589\$500 réis Maria Antônia da Conceição - Maceió, 1846 (Caixa 2405)
<b>Cobre</b>	14	46,72%	9\$600 Antônio dos Santos Conde - Porto de Pedras, 1837 (Caixa 180)
<b>Escravos</b>	27	90,00%	38:012\$000 réis

			Anna de Souza Sepulvida - Maceió, 1844 (Caixa 801)
<b>Bens de raiz</b>	17	56,61%	3:158\$000 réis Anna de Souza Sepulvida - Maceió, 1844 (Caixa 801)
<b>Bens móveis</b>	17	56,61%	68\$240 Manoel de Souza Lins - Porto de Pedras, 1833 (Caixa 180)
<b>Propriedades</b>	13	43,39%	52:600\$000 réis Anna de Souza Sepulvida - Maceió, 1844 (Caixa 801)
<b>Animais (**)</b>	14	46,72%	61:634\$000 réis Anna de Souza Sepulvida - Maceió, 1844 (Caixa 801)
<b>Outros (***)</b>	9	30,00%	-
<b>Número total de Inventários:</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	-

(\*): Valor obtido a partir da soma dos itens contidos nos Inventários *Post-Mortem*. / (\*\*): Gado; bois mansos; vacas; cavalos. / (\*\*\*): inclui diversos tipos de bens que não haviam sido inseridos em uma categoria específica, como por exemplo: arame; rede de pesca; curral de pesca; ferramentas; bote; safra; canoa; ferro; pedras preciosas etc.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA

Ao avaliar com atenção esta tabela, podemos notar que poucos inventariados possuíam em seu catálogo dinheiro em espécie, sendo Maria Joaquina de São Pedro a que se destaca entre eles, e paralelo a isso, 27 dos 30 documentos estudados tem a presença de ao menos um Bem Escravo. Bacellar cita em sua obra que os Inventários nos dá um norteamo no que se refere a avaliação de cada escravizado, porém apesar de indicar, na maioria dos casos, a idade do cativo, não indica a do senhor, dificultando a nossa compreensão sobre ter uma noção estimada de em qual momento este indivíduo escravizado teria entrado na vida de seu proprietário, podemos analisar também que:

Torna-se possível, com tais séries, acompanhar a evolução econômica do domicílio, inclusive a posse de escravos, ao longo dos anos, relacionando-os ao ciclo de vida familiar e à disponibilidade de força de trabalho livre e/ou cativa. É, neste caso, corpus documental praticamente único, possibilitando algumas linhas de análise bastante mais profundas do que as alcançadas através dos inventários post-mortem. (BACELLAR, 2008, pp.119-120).

Ao buscar revelar a história por meio de casos individuais ou pequenas narrativas, muitas vezes negligenciado pelas abordagens tradicionais da história e ao investigar eventos

aparentemente insignificantes de práticas cotidianas, é possível obter *insights* profundos sobre a cultura, a sociedade e a mentalidade de da época estudada. No caso em questão, trabalhar essa análise mais profunda e minuciosa nos inventários destacando dele esses detalhes micros para assim montar uma narrativa mais geral de como essa sociedade se estruturava. Considerando alguns pontos específicos que aqui serão tratados como: o fator religioso, a classe social, a estrutura familiar, a escravidão e a construção das Vilas de Porto de Pedra e Maceió.

Partindo dessa discussão, foi possível observar em alguns inventários, pontos específicos que nos permitem identificar e contextualizar a narrativa apresentada nesses documentos. Quando identificamos a forma de distribuição da herança, percebemos que existiam algumas situações em que uma mulher poderia ser identificada como a chefe de família em um inventário, como: viúvas; ausência do marido, que poderia ser quando o marido estaria ausente devido a viagens, trabalho ou outros compromissos, e doença ou incapacidade do marido. Essas observações podem contribuir para uma análise mais profunda de como se dava as relações de gênero no século XIX.

Ainda dentro dessa construção de estrutura familiar, levantamos outro ponto considerado importante como a nomeação de filhos adotivos, sobrinhos e afilhados como herdeiros o que nos permite perceber como a relação de nomeador pode variar conforme a situação familiar aqui temos o caso da Maria Joaquina da Conceição das Graças que nomeou seus sobrinhos, filhos de criação e afilhados como seus herdeiros, considerando que a inventariada não possuía filhos.

#### ANEXO C - Figura e transcrição do Inventário *Post-Mortem* Maria Joaquina da Conceição das Graças, 1847 – Maceió.

Antonio Marinho de Mello /  
seu sobrinho /  
Antonia filha de criação /  
M(...) seu sobrinho /  
Maria sua sobrinha e /  
afilhada /  
Maria, afilhada, filha de /  
Santa Anna morador no /  
Bebedouro. /  
Joanna Irmã da Testado- /  
ra /  
Jose Joaquim de Santa Anna /  
irmão da Testadora /  
Jose Thome, filho de cria- /  
ção da Testadora

Assim percebemos que a legislação que determinava esses tipos de herdeiros atuava de forma mais flexível na época, variavam significativamente de acordo com a cultura, a região e as leis locais. Dessa forma podemos partir de uma reflexão de compreensão mais ampla do que constituía uma “família”, os historiadores Gian Carlo de Melo Silva<sup>12</sup> e Sheila de Castro Faria<sup>13</sup> trazem, em suas respectivas obras, o apontamento de que esses grupos familiares não precisavam ter laços consanguíneos ou de matrimônio, que também poderiam ser vistos através da convivência, afetos e de vínculos de confiança criados durante a vida. Richard Graham também reforça esse argumento em sua obra:

Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinho e afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes.<sup>14</sup>

Outro ponto que os inventários nos possibilitam investigar é a relação da sociedade com o poder religiosos em questão a Igreja Católica, identificar dentro dessas narrativas como a igreja exercia uma relação muito forte com o cotidiano dessas pessoas. Para além podemos relacionar como a fé estava vinculada de maneira direta ao poder aquisitivo, em muitos inventários foi possível observar a presença de objetos de ouro ligados aos símbolos religiosos. Abordar como a cultura religiosa influenciava na posse e na propriedade de objetos caros, fabricados com materiais nobres como: ouro, prata e pedras preciosas.

Esses objetos transportavam uma carga de importância muito significativa para a sociedade daquela época, eram peças de grande valor financeiro, que ali representavam a religiosidade de um determinado indivíduo. O que também destacamos é a quantidade desses objetos que sobressai aos demais objetivos listados, o que não gera grande espanto considerando a grande influência da igreja para com a comunidade, e como isso influencia de forma direta no cotidiano das pessoas. Dentre a avaliação de bens móveis, objetos religiosos como crucifixos, rosários e adornos de ouro demonstram a ligação entre a fé e a posse de

---

<sup>12</sup> Silva, G.C.M.. Na cor da pele, o Negro: Escravidão, mestiçagens e sociedade no Recife Colonial (1790-1810). 1. ed. Maceió: Edufal, 2018. p. 28.

<sup>13</sup> FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial, 1998, p.p.41-43.

<sup>14</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p.37.

objetos preciosos como símbolo de riqueza, mas também de devoção. Como exemplos de caso temos o crucifixo de ouro da Maria José do Bomfim, o Rosário de ouro Antônio José dos Santos e uma imagem de ouro Divino Espírito Santo de Maria do Espirito, todos esses casos que apresentados se deu na cidade de Porto de Pedras, o que podemos também perceber como a religião era importante e forte naquela localidade.

ANEXO D - Figura e transcrição do Inventário *Post-Mortem* de Maria José do Bomfim, 1836 – Porto de Pedras.

Descrição de bens

Ouro

Declarou o Inventariante o /  
possuir seo Casal hum cruci- /  
fixo de ouro com se fica de onse /  
oitavas a mil e quatro centos réis /  
a oitava - quinse mil e quatro /  
centos réis = 15\$400

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 163)

ANEXO E - Figura e transcrição do Inventário *Post-Mortem* de Antônio José dos Santos, 1838- Porto de Pedras.

Declarou o Inventariante /  
possuir o seu Casal hum Ro- /  
zario de Ouro, com huma Chrus /  
piquena, com o prezo de duas /  
oitavas, que visto pelas Avali-

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 180)

ANEXO F - Figura e transcrição do Inventário *Post-Mortem* de Maria do Espirito, 1837- Porto de Pedras.

Declarou mais o dito Inven- /  
tariante possuir o seu Casal /  
outro divino Espirito Santo /  
de Ouro, que visto pelos Ava- /  
ligadores deram o valor de mil /  
e seis centos réis = 1\$600

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 180)

Os inventários nos revelam informações relacionadas ao contexto familiar daquela época, como a questão econômica atrelada à religião, com a posse de objetos preciosos. Porém também nos revela a posse de escravizados. Essa mesma sociedade que possuía objetos em ouro, frequentemente tinham escravizados; quão por um lado adoravam e

empregavam grande valor financeiro em crucifixos para a demonstração de sua fé e devoção, por outro lado usavam desse mesmo poder aquisitivo para a compra de pessoas e as submetiam a situação de escravidão, para exercerem trabalhos desumanos em diversos locais do território alagoano.

## 4.2 OS LOCAIS DESCRITOS NA DOCUMENTAÇÃO E A ESCRAVIDÃO RETRATADA NA PARTILHA

Os inventários enquanto fonte de pesquisa nos possibilita diversas linhas de abordagens é entender o período da escravidão dentro do contexto social da época, os inventários podem nos fornecerem, dados de proprietários de escravizados, dados sobre os próprios escravizados como locais de origem, filhos entre outras informações, além de podemos identificar o espaço geográfico. Para uma melhor compreensão dessa sociedade temos que nos situar quanto ao local em que estava inserida nesta sociedade. Era um território agrícola, dos engenhos de açúcar movidos a mão de obra escrava, das plantações de mandioca, algodão e comercialização de fumo<sup>15</sup> localizadas, em sua maioria, na zona da mata. Moacir Medeiros de Santana reforça essa argumentação no seguinte:

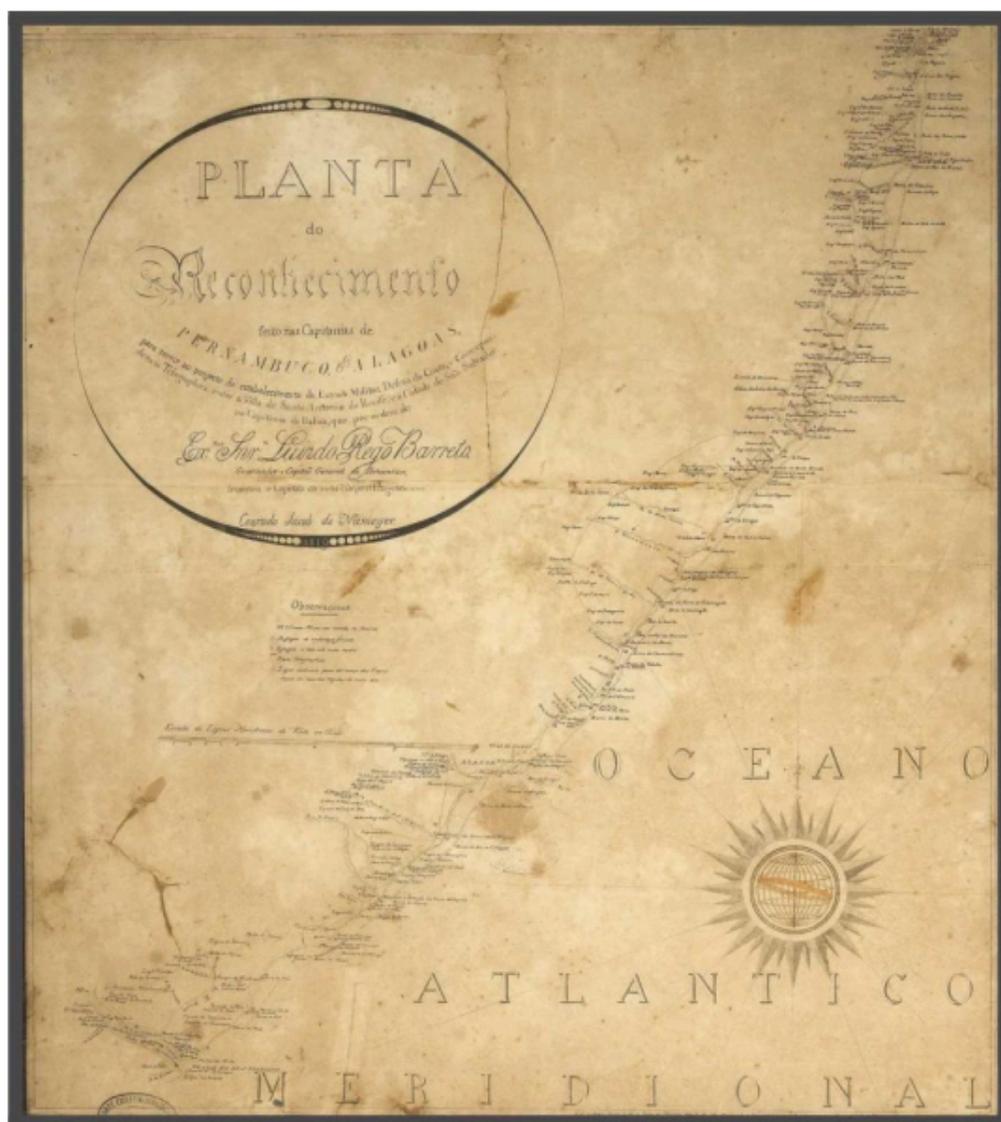
A cana-de-açúcar era a principal fonte de riqueza econômica dos municípios de Alagoas (Marechal Deodoro), Atalaia, Imperatriz (União dos Palmares), Maceió, Passo de Camaragibe, Penedo, Porto Calvo, Porto de Pedras, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos e Vila Nova da Assembleia (Viçosa), sendo que a mandioca e o algodão eram cultivados com a cana-de-açúcar, em pé de igualdade, respectivamente na primeira e na última das localidades citadas. (SANTANA, M. 1970. p. 110)

No que se refere a localização mais precisa desses territórios ocupados encontrados nos mapas de Alagoas do século XIX é frequentemente vista de diferentes perspectivas, sejam elas geográfica e topográfica, trazemos aqui como exemplo o *Mapeamento do território das capitânicas de Pernambuco e Alagoas no início do século XIX*.<sup>16</sup>

Figura 03: Mapeamento do território das províncias de Pernambuco e Alagoas no início do século XIX.

<sup>15</sup> CARVALHO. Cícero Pércles de. Formação Histórica de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2015., p. 37

<sup>16</sup> Pasta Pernambuco I, imagem: 01-05-0094.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. (Pasta Pernambuco 1, imagem 01-05-0094)

Ao observar a Figura 03 podemos observar o trato iconográfico, aproveitando-se das cores e da caligrafia para atribuir uma imagem mais formal, dando sinais de ter sido elaborada para divulgação ampla. No que se trata da possibilidade de análise trazidas pelos inventários, temos também a questão da contextualização do espaço territorial, onde ambas as Vilas estudadas ficam localizadas na região do litoral alagoano. Nessa fonte histórica podemos identificar proprietários de terras, engenhos e por quem foram herdados. Sendo possível observar a descrição de terras, limites, áreas e a localização desses espaços, como também as atividades econômicas desenvolvidas na localidade.

Como podemos ver no caso de Anna de Souza Sepulvida, onde podemos apresentar um exemplo de localidade que pertencia a ela e que após sua morte, parte dela, passa a ser propriedade de sua filha Maria Joaquina de São Pedro.

ANEXO G - Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.

Declarou huma posse de terras /  
no lugar Riacho doce com do- /  
is pes de Coqueiros de frente no valor 8\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

Maria Joaquina de São Pedro, também cita em seu Inventário essa posse de terras, assim como também a dos Engenhos. Com isso podemos identificar as origens do lugar citado como Riacho Doce e quem foram suas primeiras proprietárias. Outros lugares que também podemos citar da mesma família de Sepulvida são dois engenhos, exemplificando assim qual era a atividade econômica da família que mais uma e não difere a maioria da época.

ANEXO H - Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.

Declarou hum Sitio de ter- /  
ras com trezentas braças /  
de frente no lugar Prata- /  
ji da Prata no valor di - 300\$000 /  
Ditto no lugar de Praia /  
de Pioca com 118 Bra- /  
ças de frentes com meia /  
legoa de frente digo de /  
fundo com os Coqueiros de fren /  
ter da praia e o q se acha /  
rem no valor de - 250\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

A região Prataji e Pioca em que estes sítios de terra fazem parte da Vila de Maceió. Já os Engenhos que são citados na transcrição abaixo, de acordo com Moacir Medeiros de Santana, Unussu faz parte do território da Vila de Porto de Pedras e o Castanha Grande fica localizado em Maceió<sup>17</sup>. Este sendo um dos principais fatores que tornam a figura de Anna de Souza Sepulvida tão relevante para esta pesquisa, já que ela possuía bens de raiz em ambas as localidades examinadas.

ANEXO I - Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.

---

<sup>17</sup> Referência tirada a partir das informações contidas no Mapa Demonstrativo de Produção dos Engenhos de Açúcar da Província de Alagoas no Ano de 1859 feita por Moacir Medeiros de Santana em 1970.

do Engenho Unussu com hum /  
sitios de terras anequixos deno- /  
minado Retiro que derão /  
21:500\$000... o valor de...  
Declarou a safra pendente mesmo /  
Engenho pelo producto liquido que /  
4:000\$000... se tem de apurar  
Declarou o Engenho Castanha /  
Grande (...) corrente que /  
21:500\$000. derão o valor de

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

Consideramos apontar as localidades apresentadas na documentação para que possamos visualizar, de uma melhor forma, onde estas pessoas que citamos durante este trabalho, independente de seu status social e sua condição, seja ela de livre ou cativo. No que se refere a escravidão nessas localidades, além da objetificação do ser humano, é que eram listados nos Inventários *Post-Mortem* até mesmo aqueles escravizados fugitivos na lista de partilha de bens. Além dos que se encontravam inválidos, ainda assim eram distribuídos e entregues aos herdeiros. Isso demonstra com essa sociedade lidava com essas pessoas em situação de escravidão, considerados de todas as formas como objetos de posse, propriedade de seus senhores, esses mesmos senhores que levam como ornamentos, crucifixos de ouro explanando sua fé a religião, no mínimo hipocrisia.

ANEXO J - Figura e transcrição do Inventário *Post-Mortem* de Anna de Souza Sepulvida, 1844  
-Maceió.

Costa que tão bem deixa de /  
ser avaliado por andar fo- /  
genitivo /  
D. de nome João Cajaca que /  
tão bem deixou de ser avali- /  
ado por invalido

D. por nome Delfina q não /  
teve valor por invalida

Declarou o Inventariante /  
izistirem tão bem fugitivos /  
quatro Escravo, que pertencem /  
a Sociedade e que por anda /  
rem fugitivos deixarão de /  
ser avaliados erão os Seg tes /  
Antonio Maceió /  
Dita de nome Dommingas /  
D. de nome Antonio Canoa  
D. de nome João Cabra

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

Um caso que gostaríamos de aqui mencionar é o caso de uma moradora da cidade de Porto de Pedras, Maria do Espírito Santo, que nada tinha a declarar além de seus escravos ilustrando assim que mesmo sem grandes posses, era importante para o status social possuir pessoas em situação de escravidão.

ANEXO K - Figura e transcrição do Inventário *Post-Mortem* de Maria do Espírito Santo – somente escravos, 1837- Porto de Pedras.

Descrição de bens

Dinheiro - Nada /  
Ouro - Nada /  
Prata - Nada /  
Cobre - Nada /  
Ferro - Nada /

Escravos

Deo cargo do Inventário o /  
Inventariante huma Escrava /  
de nome Joaquina, crioula /  
qui vista pelo pelas Avaliadores /  
deram o valor de trezentos mil /  
réis, idade vinte cinco annos /  
300\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 163)

Assim como também, no Inventário de Thereza Maria de Jesus, onde duas mulheres escravizadas foram catalogadas, assim como seus respectivos filhos, incluindo na listagem até mesmo bebês de colo com poucos meses de vida, fazendo-nos olhar para a formação de núcleos familiares entre estes indivíduos, apesar do direito a liberdade que foi forçadamente retirado de si no momento de seu nascimento. Ademais, não podemos negar a presença frequente de Anna de Souza Sepulvida entre os inventariados citados e exemplificados, que nos dá um pouco da dimensão da riqueza e influência que essa mulher possuía e que não se limitava a somente uma Vila.

#### **4.3 ANNA DE SOUZA SEPULVIDA**

Em nosso estudo de caso, uma figura proeminente dentre os Inventários analisados, é uma mulher identificada como Anna de Souza Sepulvida. Esta residia na Vila de Maceió e

sua riqueza total foi estimada em R\$ 114:255\$200 réis (cento e quatorze contos, duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos réis) e era casada com Ambrósio Machado da Cunha. É de notável pertinência mencionar, mais uma vez, que Anna de Souza Sepulvida foi a mãe de Maria Joaquina de São Pedro, que ocupou, por um extenso período, a posição de mulher mais abastada entre os sujeitos inventariados explorados no escopo desta investigação.

No momento de seu falecimento, ocorrido em 1844, a Senhora Sepulvida detinha em sua propriedade mais de uma centena de escravos, cujo valor agregado alcançava a quantia de R\$ 38:012\$000 réis (trinta e oito contos e doze mil réis). Pensando em demonstrar de uma melhor forma o tamanho do espólio desta mulher, foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela IV: Catalogação dos bens Anna de Souza Sepulvida (1844).

	<b>Número de itens encontrados nesse tipo de bem</b>	<b>Valor em quantia desses bens (*)</b>
<b>Dinheiro</b>	Não possuía	-
<b>Ouro</b>	Não possuía	-
<b>Prata</b>	1	50\$000 réis
<b>Cobre</b>	Não possuía	-
<b>Escravos</b>	125	38:012\$000 réis
<b>Bens de raiz</b>	9	3:158\$000 réis
<b>Bens móveis</b>	Não possuía	-
<b>Propriedades</b>	6	52:600\$000 réis
<b>Animais (**)</b>	521***	61:634\$000 réis
<b>Valor total dos bens</b>	-	<b>114:255\$200</b>

(\*): Valor obtido a partir da soma dos itens contidos nos Inventários *Post-Mortem*. / (\*\*): Gado; bois mansos; vacas; cavalos. / (\*\*\*): quantidade aproximada.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA (Caixa 801)

A partir desta tabela, podemos observar uma grande quantidade de animais, que a inventariada possuía, em sua enorme maioria vacas e gados, inclusive é descrito que 25 dessas vacas ficavam no Engenho Castanha Grande, anteriormente já citado neste trabalho. Todavia, um ponto fundamental é a listagem de escravos presente no inventário, que nos apresenta 125 escravos, não é descrita a idade, origem ou qualificação desses indivíduos, mas podemos considerar uma quantidade considerável de cativos.

É importante notar que ambas, Maria Joaquina e sua mãe, se destacam como figuras proeminentes dentro da mesma linhagem familiar. Durante o contexto do século XIX, elas não apenas desfrutavam de consideráveis posses materiais, mas também se destacavam pela ausência de atribuição do título de “*Cabeça do Casal*” a seus respectivos esposos. Este apontamento sugere que as duas mulheres possuíam autonomia substancial sobre o controle de suas próprias fortunas, desafiando as normas de gênero da época.

Maria Joaquina de São Pedro, após herdar de sua mãe uma quantia total de 9:281\$900 réis, registrou uma posse de 8:958\$000 réis no momento de seu falecimento. Em um intervalo de quatro anos entre os óbitos das duas, torna-se importante observar que a filha praticamente não mexeu em sua herança, sendo uma diferença de cerca de 323\$000 réis, evitando alterações substanciais, tanto para aumento quanto para diminuição. Este valor subtraído de seu espólio daria para comprar, na época, algum cativo africano ou mais de um se possuíssem a idade acima dos 50 anos ou até mesmo bens de raiz.

Emerge com clareza a proeminência de Anna de Souza Sepulvida na Tabela IV mostrada neste capítulo. Os montantes agregados ao seu acervo patrimonial são de tal magnitude que não encontram comparativo nos contextos das demais personalidades inventariadas, quando se considera a avaliação financeira. Faça uma análise exclusiva dela, destrinchando somente o inventário dela e aprofunde o que ela tinha e vá comparando com outros.

#### ANEXO L - Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.

Declarou possuir hum faqueiro /  
ja uzado e um completo aq de /  
rão o valor de - - 100\$000  
Declarou outro dito com gar- /  
fos e facas de cabo de mar- /  
fim por - - - - 50\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

Aqui percebemos alguns pontos com relação ao poder aquisitivo que essa personagem tinha, uma mulher rica que deixa tudo para seus quatro herdeiros, além de seu genro desde 1822 e sócio o Major Manoel Cavalcante de Albuquerque, cabeça de casal de sua outra filha, Dona Roza da Cunha Freitas, sendo este indicado como o proprietário do Engenho Unussu por Moacir Medeiros de Santana em sua obra “Contribuição à história do Açúcar em Alagoas”.

Foram selecionados pontos que julgamos mais relevantes desse inventário, para assim podermos identificar de forma mais precisa quem eram as personagens citadas e como era seu cotidiano, não conseguimos encontrar informações sobre Anna de Souza Sepulvida no Family Search, o único membro amplamente citado pela plataforma é o seu genro anteriormente citado, e com isso descobrimos que o neto de Anna leva o mesmo nome de seu marido. Gerando assim, certas confusões na genealogia sobre quem é o Ambrósio Machado da Cunha avó e quem é o Neto. Luiz Felipe de Alencastro apronta em História da vida privada no Brasil: Império: a corte a modernidade nacional sobre isso:

Conforme a tradição portuguesa, não havia no Império nenhuma lei civil fixando normas a respeito da matéria. Qualquer um podia batizar seus filhos com os nomes da mãe ou dos avós. Irmãos tinham às vezes sobrenomes diferentes e as mulheres não adotavam os nomes dos maridos. Também parecia ser relativamente fácil trocar de sobrenome. Prática derivada da circunstância de haver um estoque reduzido de prenomes tradicionais portugueses, e do raro hábito de se anexar "Filho", "Júnior" ou "Neto" aos sobrenomes. As regras atualmente em vigor nessa matéria só foram fixadas em nosso país pelo Código Civil de 1916. (ALENCASTRO, 2010, p.55).

Com isso brevemente podemos perceber que a família de Sepulvida possuía grandes propriedades tanto na região de Maceió quanto na de Porto de Pedras, e que essa mesma região passa de mãe para filha, permanecendo assim dentro do mesmo ciclo familiar. O que nos levam a crer que esta família tinha significativa influência no ramo do gado e vacas com a quantidade significativa desses animais nas propriedades da Vila de Maceió como o Engenho Castanha Grande e também no que se refere a Cana-de-açúcar com o Engenho Unussu de Porto de Pedras. Os inventários enquanto objeto de investigação histórica nos possibilitam de forma bem direta realizar uma análise da região pertencente ao estado de Alagoas, nos permitindo assim criar um mapa de localidades da época com seus proprietários, considerando que existem casos em que essa documentação vem repleta de detalhes permitindo assim uma descrição mais precisa de espaços territoriais, em questão o de Alagoas, aqui apenas alguns exemplos foram apresentados devido a limitação da pesquisa.

## 5. CONCLUSÃO

Em virtude desses aspectos apresentados ao decorrer desta pesquisa, concluímos que esta pesquisa pôde ilustrar questões importantes para a historiografia alagoana, considerando a necessidade de novos sujeitos, narrativas e fontes. Relacionamos, no decorrer de nossos estudos, algumas das pesquisas alagoanas feitas por diversos historiadores, onde as perspectivas de seus temas, conceitos, metodologias e discursos contribuíram significativamente para a composição e a dar respaldo do que foi abordado por entre essas páginas anteriormente lidas.

A partir da significativa quantidade de estudos já discutidos na historiografia do século XIX, foi possível analisarmos que estas produções tradicionais, como Félix Lima Júnior, Craveiro Costa, dentre outros, e suas respectivas fontes, nos mostram questões sobre o contexto da sociedade familiar, açucareira e escravista oitocentista com o uso de figuras e mapas. Onde os parâmetros de formação do território alagoano tiveram sua delimitação fortemente influenciada pela abundância das águas em seu entorno, este identitário que começou a ser visto por um olhar mais atencioso durante a colonização e o silenciamento e massacre dos povos originários que ali existiriam. Mostrando-nos que desde o início, do que viria a ser sua concepção, nosso estado é marcado por grandes conflitos.

Os estudos acerca do surgimento dos três primeiros grandes núcleos urbanos: Penedo, Porto Calvo e Alagoas do Sul, foram de valioso proveito histórico para compreensão dos desdobramentos no que se refere às emancipações políticas de Porto de Pedras e Maceió, cujo foram os recortes regionais desta referida pesquisa. A aparição de personagens que compuseram estes primeiros povoamentos, suas características geográficas, os conflitos como a colonização portuguesa, invasão holandesa, revoluções e as teorias que as cercam até os dias atuais contam uma história que também nos pertence. O identitário alagoano surgiu das dificuldades e influências internas e externas como um todo, compondo as suas próprias singularidades e pluralidades.

As Igrejas possuíam um papel crucial para o desenvolvimento econômico e populacional do espaço urbano oitocentista e em Alagoas isso não seria diferente, com o auxílio de imagens e mapas pudemos ver, com devida atenção, o viés de cada um destes territórios e em como seus respectivos portos tinham influência direta no comércio crescente do Brasil Imperial. Estas declarações remontam uma história de medo da morte e forte doutrinação da Igreja Católica no dia a dia destes que ali viviam, onde os discursos, norteados por João José Reis, incluem o cerne religioso na historiografia de meados do XIX. Os ritos

fúnebres e a preocupação em citá-los em seus documentos, constatando em como a fé foi utilizada no entendimento da morte, já que citavam os valores e locais de seus velórios e missas em homenagem aos Testamentos e Inventários *Post-Mortem*.

A partir daí as irmandades tomaram pra si, parte dessa responsabilidade, quando esta pessoa era um de seus regulares membros, se tornando um dos vários meios de provar o senso de pertencimento a aquela localidade e também de sua vida religiosa, onde seus preceitos, ética e ideias viriam a ser semelhantes a de seus confraternos. Contudo, nem todas tinham os mesmo critérios de admissão de seus integrantes, apresentando regras e pontos de vista distintos ou semelhantes entre si, como a cor de pele, riqueza, religião, idade e gênero. Entretanto, não eram todas elas fundadas por gente branca e livre, o que nos levou a crer que essa sensação de ser pertencente ao povo era estimulada entre todas as camadas sociais.

Ao reunir nossos apontamentos sobre o uso dos Inventários *Post-Mortem* como fonte histórica, previamente catalogados no acervo do Arquivo Público de Alagoas, nos deparamos com o fato de que se tratava de uma documentação pouco estudada nos espaços de discussão alagoanos. Onde vimos o desafio de propor e explicar todas modulações entre as composições dessa documentação a partir do momento em que o indivíduo estaria em seu leito de morte, até o sepultamento e ato da partilha de seus bens. Nossos referenciais teóricos nos mostraram o quão íntima e peculiar é este tipo de documentação, como se tivéssemos entrado em suas residências, vasculhando seus pertences, objetos e móveis. Tal como em suas interações familiares e sociais, baseado em seus parâmetros legais do Livro IV das Ordenações Filipinas, trazendo citações de seu compilado jurídico.

No fazer das quantificações das fontes, compreendemos que esta documentação era, de certa forma, bastante equiparada no que se refere ao gênero de seus inventariados, em ambas as Vilas anteriormente citadas. Surtindo assim, um efeito de entender que, independentemente do sexo, desde que este indivíduo tivesse bens em seu nome, ele seria posto em espólio para a divisão entre a parte viúvas e demais herdeiros. Sendo de responsabilidade deles, contatar testemunhas e contratar avaliadores para executar os desejos e quitação de dívidas de seu ente querido.

O surgimento de termos como “Cabeça de Casal” e riqueza de detalhes nessas descrições de bens, principalmente quando se referiam aos indivíduos escravizados, denotam a intensa relação de poder da sociedade branca diante da negra, onde o valor de uma pessoa era baseado em sua idade, gênero e possíveis ofícios que tivera adquirido ao decorrer dessa vida de servidão forçada. Carlo Ginzburg nos embasou a lançar um olhar para estas fontes, partindo de uma abordagem do micro para o macro, onde estes personagens, enquanto

respectivos cidadãos da dinâmica social alagoana oitocentista poderiam explicá-la, evidenciando assim as suas nuances. A perpetuação da herança, dos indivíduos subjugados e desdobramentos para que a vontade do inventariado fosse respeitada. Os dotes e dívidas, como Muriel Nazzari aponta, serviram fatores cruciais para a definição do montante final, para isso trouxemos alguns dos diversos exemplos, com auxílio de imagens e transcrições as mais fidedignas possíveis encontradas nos registros oficiais.

O Inventário *Post-Mortem*, enquanto parte do objeto e fonte de estudo, nos deu a possibilidade de executar nossa metodologia de análise, permitindo que a compreensão do cotidiano e experiências das Alagoas do XIX fossem vistas através do olhar de indivíduos comuns, no primeiro olhar até sem relevância, e não de grandes personagens. Ao permitir que as lacunas e dúvidas destes espaços e pontos de vistas fossem sanadas a partir das narrativas do povo de camadas médias, em sua maioria, entendemos como estas práticas e crenças perpetuaram por tanto tempo no alicerce da sociedade oitocentista. O papel do homem e da mulher enquanto o casal, da família e o lugar da pessoa em situação de escravidão nesta sociedade em que eram tratados como mercadoria, sujeitas a elevação - conforme tivessem algum tipo de qualificação - ou diminuição de valor - a medida que fosse envelhecendo.

Paralelo a isso, ao trazer uma micro-história desses Inventários *Post-Mortem*, com o uso de tabelas, figuras e transcrições, procuramos mostrar narrativas específicas do cotidiano alagoano, mais precisamente a de Anna de Souza Sepulvida. Ao usar como base teórica historiadores como Gian Carlo de Melo Silva; Moacir Andrade de Santana; Luiz Felipe de Alencastro; Sheila de Castro Faria e tantos outros mais, onde o território de Alagoas foi analisado da maneira mais coesa possível. A localidade dessas Vilas de Porto de Pedras e Maceió, tão faladas nessa pesquisa, e as menções sobre elas na documentação nos permitiu entender sobre a contextualização dos espaços territoriais em que esses personagens estavam inseridos, em que lugar estas terras estavam situadas e seus limites, até mesmo a sua função para a família possuí-la, seja para morada, criação de animais ou plantio, nos levaram a acreditar que trilhamos o caminho correto diante deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A escravidão, tão frequentemente citada, nos permitiu observar a amplitude das nomenclaturas, evoluções econômicas, os ciclos familiares e estratégias de sobrevivência nesta sociedade escravocrata de meados do século XIX, como bem descreve Carlos Bacellar em sua obra. Em que ter a religião respaldando estas atitudes e a pompa dos itens religiosos que alguns dos inventariados possuíam, nos ilustraram, mais uma vez, a intenção de se ligar cada vez mais a fé é ligada diretamente, ao prestígio e riqueza que aquele indivíduo mostrava ter diante dos seus.

A Anna de Souza Sepulvida, como a maior fonte descrita neste Trabalho através de tabelas e transcrições, merece o destaque significativo que tem por grande parte do que aqui foi escrito, pois a partir dela, foi possível entender o papel de uma mulher com posses na Alagoas oitocentista e toda as articulações feita por ela, incluindo sociedades com membros da família, para a manutenção de seus bens. Sua articulação entre as Vilas nos levam a crer que ela estava envolvida tanto no âmbito da pecuária, com o exemplo do Engenho Castanha Grande em Maceió quanto em Porto de Pedras no plantio de cana de açúcar do Engenho Unussu. Maria Joaquina de São Pedro, sua filha, também surge como um exemplo de boa gestão de seus respectivos bens, mantendo sua herança praticamente intacta até o momento de sua morte, poucos anos depois de sua mãe.

Portanto, atestamos que esta pesquisa não se dá por encerrada, continuaremos com as respectivas atividades de catalogação no Arquivo Público de Alagoas, fazendo-se necessária uma pesquisa aprofundada sobre as questões relacionadas à manutenção de bens e herança, tendo em vista o valor social e econômico de um Inventário *Post-Mortem* da Província de Alagoas no século XIX. Existindo assim, diversas possibilidades de campo de estudo e análise nesta documentação ainda tão pouco desvendada, podendo dar acréscimos significativos à historiografia alagoana.

## 6. FONTES

### 6.1 FONTES IMPRESSAS E DICIONÁRIOS

CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Limiar, 2008.

**ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. . Disponível em: <<https://gulbenkian.pt/publications/ordenacoes-filipinas-livros-iv-e-v/>>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

### 6.2 FONTES MANUSCRITAS

#### 6.2.1 ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS

Inventário de Manoel Francisco de Souza Campos (1831 - Porto de Pedras)

Inventário de Manoel José de Moraes (1831 - Porto de Pedras)

Inventário de Manoel de Souza Lins (1833 - Porto de Pedras)

Inventário de Joaquim Cardoso Lins (1834 - Porto de Pedras)

Inventário de João Ferreira de Araújo (1834 - Porto de Pedras)

Inventário de José Ferreira de Barcellos (1834 - Porto de Pedras)

Inventário de Manoel José da Silveira (1834 - Porto de Pedras)

Inventário de João Ferreira de Araujo (1835, Porto de Pedras)

Inventário de Maria Joaquina da Purificação (22/05/1835 - Maceió)

Inventário de Antonio Dias (1836 - Maceió)

Inventário de Gonçalo Lopes (1836 - Porto de Pedras)

Inventário de Joana Francisca de Melo (1836 - Porto de Pedras)

Inventário de Manoel Lins de Aguiar (1836 - Porto de Pedras)

Inventário de Maria do Espirito Santo (1836 - Porto de Pedras)

Inventário de Maria José do Bomfim (1836 - Porto de Pedras)

Inventário de Antonia Maria do Espirito Santo (1837 - Porto de Pedras)

Inventário de Antonio dos Santos Conde (1837 - Porto de Pedras)

Inventário de Ana Maria da Rocha (1837 - Porto de Pedras)

Inventário de Ana Maria da Conceição Lins (1838 - Porto de Pedras)

Inventário de Maria Estevão Delgado (1838 - Porto de Pedras)

Inventário de Antonio José dos Santos (1838 - Porto de Pedras)

Inventário de Lourenço da Silva Bezerra (1839 - Porto de Pedras)  
Inventário de Thereza Maria de Jesus (1839 - Porto de Pedras)  
Inventário de Francisco Antonio Tavares (1839 - Porto de Pedras)  
Inventário de Manoel Fidentes de Miranda (17/10/1842 - Maceió)  
Inventário de Anna de Souza Sepulvida (1844 - Maceió)  
Inventário de Maria Antonia da Conceição (1846 - Maceió)  
Inventário de Maria Joaquina da Conceição das Graças (30/11/1847 - Maceió)  
Inventário de Maria Joaquina de São Pedro (1848 - Maceió)  
Inventário de Josefina Maria dos Santos (1850 - Maceió)

### 6.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETTO, A. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. 2011. 2ª edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3.ed ver e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2015.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

DIEGUES JR., Manuel. **O Banguê nas Alagoas : traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GRAHAM, Richard. **Cientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Irmandades**. Imprensa Oficial: Maceió, 1970.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de outrora: obra póstuma./Félix Lima Júnior**; [organizado por]. Raquel Rocha – Maceió: EDUFAL, v.2., 2001.

LINDOSO, Dirceu. **A interpretação da província: estudos da cultura alagoana** / Dirceu Lindoso. – 2d. rev. e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2005.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. – 2.ed. – Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. **Inventários e Sequestros: Fontes para a História Social**. In: **Revista do Departamento de História**. 9, 1989. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3\\_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf)>. Acesso em 13 de julho de 2021.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte PPGHUFMG, 2009.

PEDROSA, José Fernando de Maya. **Histórias do Velho Jaraguá/ José Fernando de Maya Pedrosa**. Maceió, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Cristiany Miranda. **A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas**. Campinas, século XIX. São Paulo, UNICAMP, Revista Brasileira de História v. 26, nº 52, p. 175-192, 2006.

SANTANA, M. M. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Roberval (org.). **Contribuição para a história da presença holandesa em Alagoas (1632-1645)**. Arapiraca: Eduneal, 2021.

Silva, G. C. M. . **Escravidão e Possibilidades de Alforrias no Período Colonial: Capitania de Pernambuco - Comarca de Alagoas**. In: Danilo Luiz Marques; Gian Carlo de Melo.

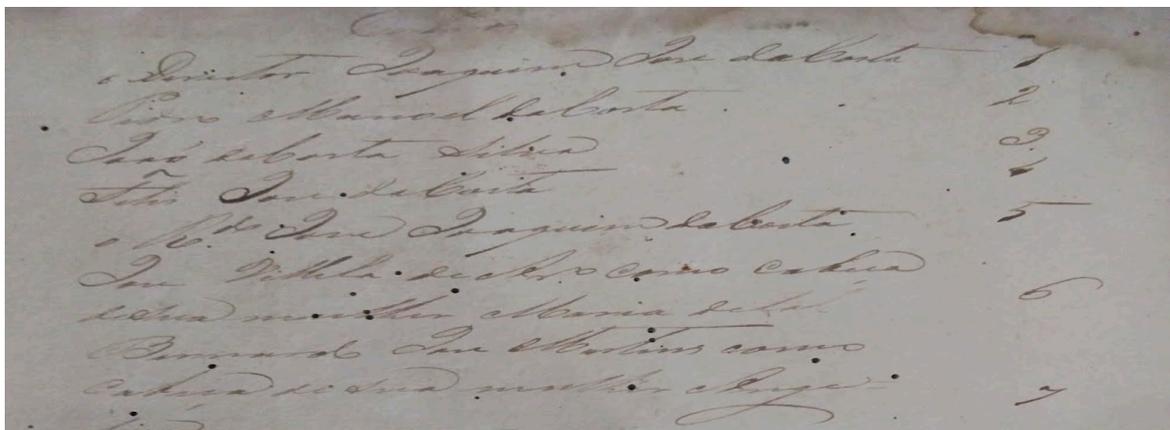
SILVA, G. C. de M. (org.). **Ensaio sobre escravidão e sociedade no Brasil colonial e imperial**. Maceió: Edufal, 2022.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **Inventários post-mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural**. In.: Mal Estar e Sociedade. Ano V, n. 8. Barbacena: jan/jun. 2012. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/187/189>. Acesso em 21 de julho de 2022.

## 7. ANEXOS

### ANEXO A -

Figura e transcrição do Inventário de Antônio da Costa e Silva - 1838, Porto de Pedras.



#### Transcrição da figura acima:

Herdeiros /

o Diretor Joaquim Jose da Costa 1 /

Pedro Manoel da Costa 2 /

João da Costa Silva /

Filho Jose da Costa 4 /

o R[do] Jose Joaquim da Costa 5 /

Jose Vilela de A[...] como cabeça /

de sua mulher Maria de tal 6 /

Bernardo Jose Martins como /

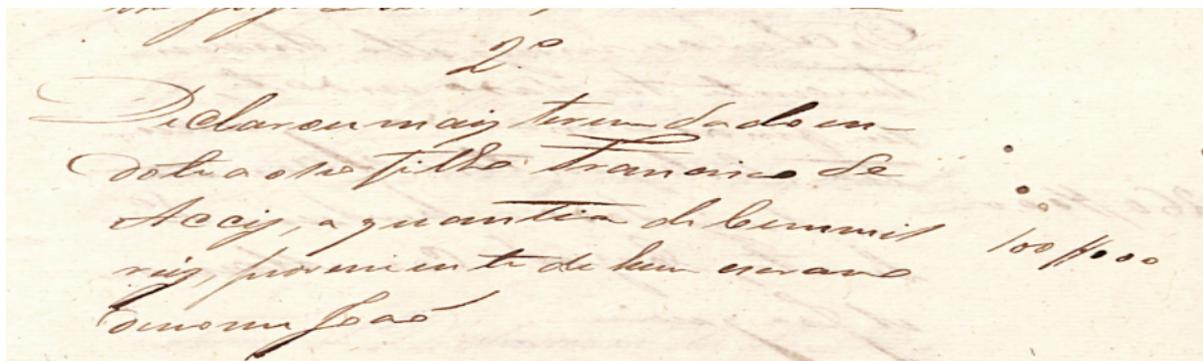
Cabeça de sua mulher Ange- /

lica 7

Fonte: Arquivo Público de Alagoas – APA, Caixa 181.

### ANEXO B -

Figura e transcrição do Inventário de Lourenço da Silva Bezerra - 1839, Porto de Pedras.



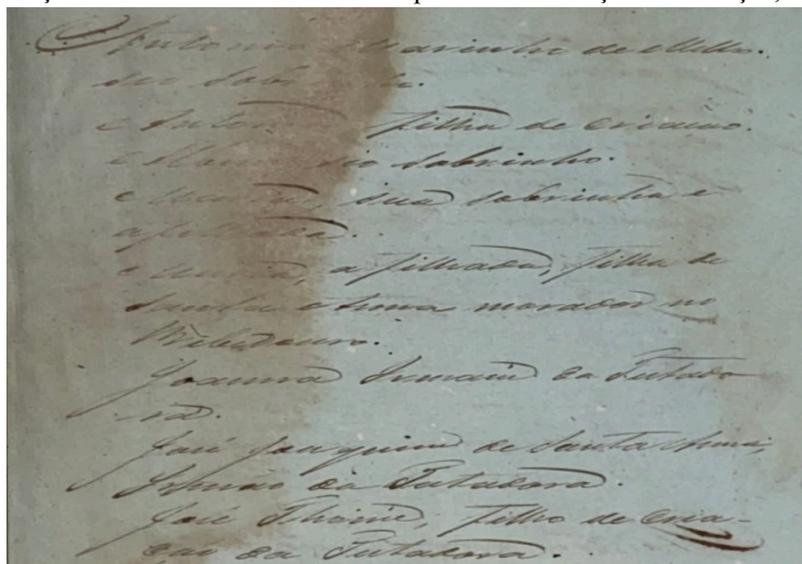
**Transcrição da figura acima:**

2º  
Declarou mais terem dado em /  
dote ao seo filho Francisco de/  
Accis, a quantia de Cem mil /  
réis, por mim ti de hum escravo /  
de nome João 100\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas – APA, Caixa 180.

**ANEXO C -**

Figura e transcrição do Inventário de Maria Joaquina da Conceição das Graças, 1847 – Maceió.



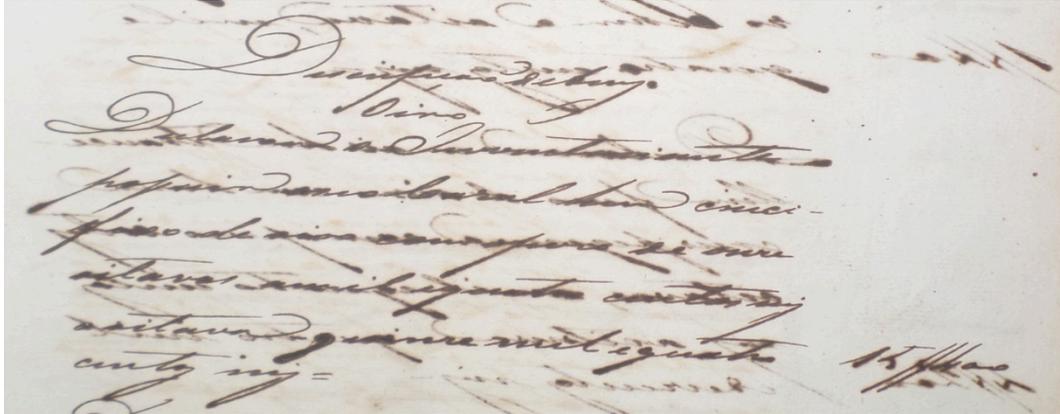
**Transcrição da figura acima:**

Antonio Marinho de Mello /  
seo sobrinho /  
Antonia filha de criação /  
M(...) seo sobrinho /  
Maria sua sobrinho e /  
afilhada /  
Maria, afilhada, filha de /  
Santa Anna morador no /  
Bebedouro. /  
Joanna Irmam da Testado- /  
ra /  
Jose Joaquim de Santa Anna /  
irmão da Testadora /  
Jose Thome, filho de cria- /  
ção da Testadora

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 2405)

**ANEXO D -**

Figura e transcrição do Inventário de Maria José do Bomfim, 1836 – Porto de Pedras.



**Transcrição da figura acima:**

Descrição de bens

Ouro

Declarou o Inventariante o /  
possuir seo Casal hum cruci- /  
fixo de ouro com se fica de onse /  
oitavas a mil e quatro centos réis /  
a oitava - quinse mil e quatro /  
centos réis = 15\$400

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 163)

**ANEXO E -**

Figura e transcrição do Inventário de Rosário de ouro Antônio José dos Santos, 1838- Porto de Pedras.



**Transcrição da figura acima:**

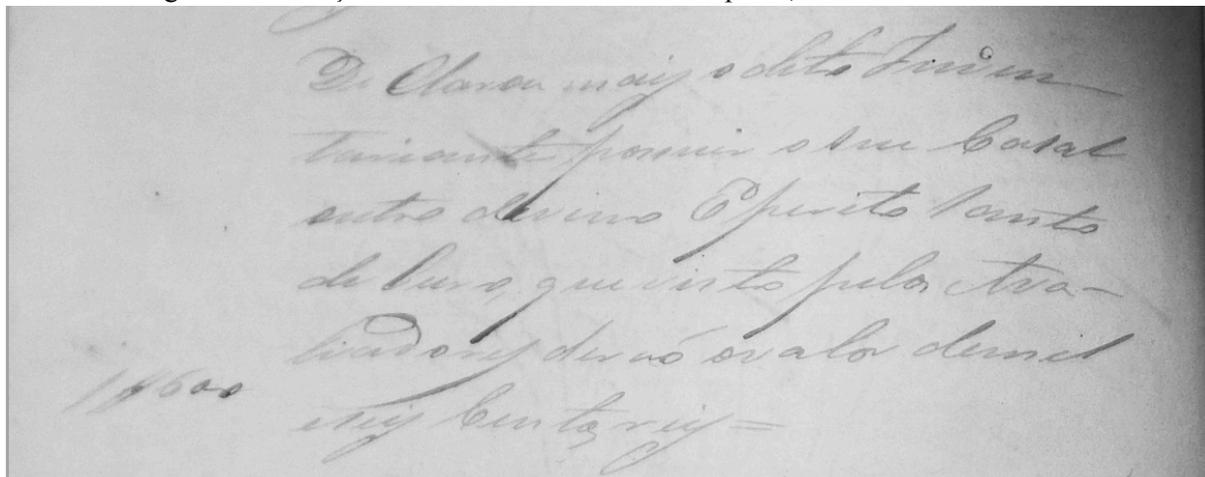
Declarou o Inventariante /  
possuir o seu Casal hum Ro- /  
zario de Ouro, com huma Chrus /  
piquena, com o prezo de duas /

oitavas, que visto pelas Avali-

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 180)

## ANEXO F -

Figura e transcrição do Inventário de Maria do Espírito, 1837- Porto de Pedras.



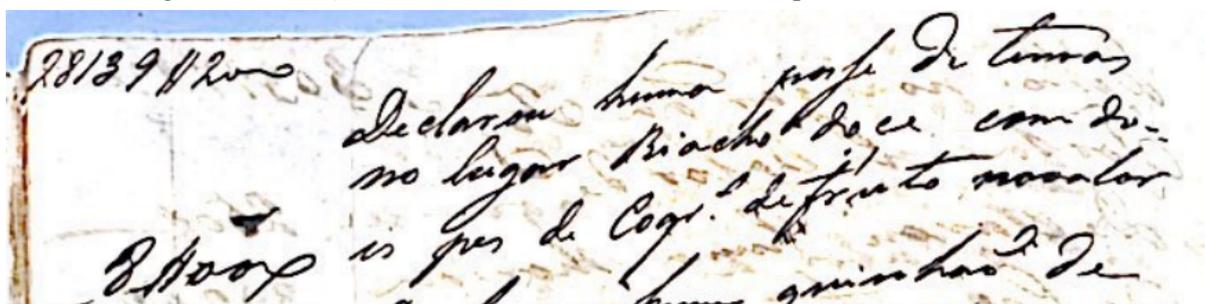
### Transcrição da figura acima:

Declarou mais o dito Inven- /  
tariante possuir o seu Casal /  
outro divino Espírito Santo /  
de Ouro, que visto pelos Ava- /  
ligadores deram o valor de mil /  
e seis centos réis = 1\$600

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 180)

## ANEXO G -

Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.



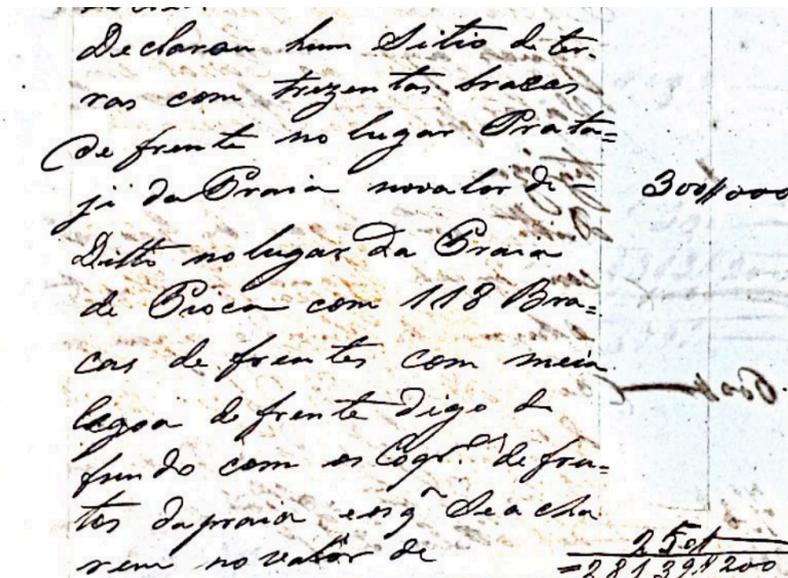
### Transcrição da figura acima:

Declarou huma posse de terras /  
no lugar Riacho doce com do- /  
is pes de Coqueiros de frente no valor 8\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

## ANEXO H -

Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.



### Transcrição da figura acima:

Declarou hum Sitio de ter- /  
ras com trezentas braças /  
de frente no lugar Prata- /  
ji da Prata no valor di - 300\$000 /  
Ditto no lugar de Praia /  
de Pioca com 118 Bra- /  
ças de frentes com meia /  
legoa de frente digo de /  
fundo com os Coqueiros de fren /  
ter da praia e o q se acha /  
rem no valor de - 250\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

## ANEXO I -

Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.

Do Engenho Unussu com hum  
 sitio de terras anequixos de no-  
 minado Retiro que derão  
 21500/000... o valor de  
 Declarou a safra pendente mesmo  
 Engo pelo producto liquido que  
 4000/000... se tem de apurar  
 De Charron e long Castanha  
 Grande Picionte corrente que  
 21500/000 derão o valor de

**Transcrição da figura acima:**  
 do Engenho Unussu com hum /  
 sitios de terras anequixos deno- /  
 minado Retiro que derão /  
 21:500\$000... o valor de...  
 Declarou a safra pendente mesmo /  
 Engenho pelo producto liquido que /  
 4:000\$000... se tem de apurar  
 Declarou o Engenho Castanha /  
 Grande (...) corrente que /  
 21:500\$000. derão o valor de

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

**ANEXO J -**

Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 -Maceió.

Costa que não tem nenhum de  
 ser a validade por andar fo-  
 gitivo  
 D. de nome José Engaca que  
 não tem nenhum destes avali-  
 do e invalido  
 D. por nome Delfina q' não  
 tem valor e invalido  
 Declarou o inventario de  
 registrou não tem fugitivos  
 quatro escravo, que perten-  
 a a sociedade que se anda  
 com fugitivos deiquando de  
 ser avaliados são os segtos  
 Antonio Maceio  
 Ditta de nome Domingos  
 D. de nome Antonio Curiao  
 D. de nome José Cabra

**Transcrição da figura acima:**

Costa que tão bem deixa de /  
ser avaliado por andar fo- /  
genitivo /  
D. de nome João Cajaca que /  
tão bem deixou de ser avali- /  
ado por invalido

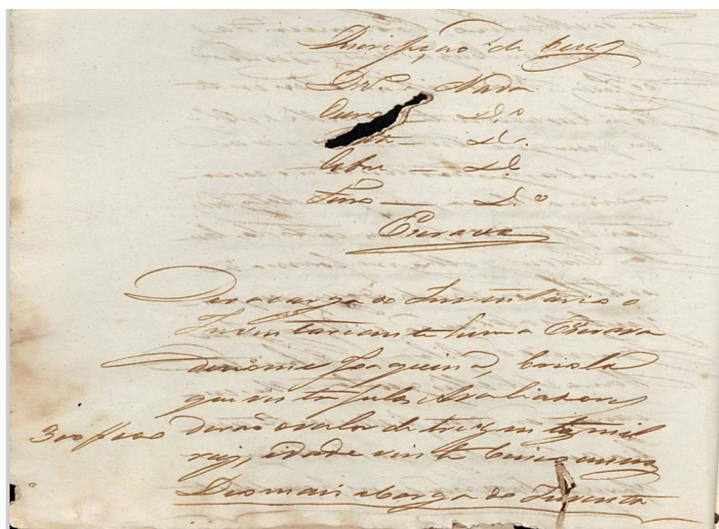
D. por nome Delfina q não /  
teve valor por invalida

Declarou o Inventariante /  
izistirem tão bem fugitivos /  
quatro Escravo, que pertencem /  
a Sociedade e que por anda /  
rem fugitivos deixarão de /  
ser avaliados erão os Seg tes /  
Antonio Maceió /  
Dita de nome Dommingas /  
D. de nome Antonio Canoa /  
D. de nome João Cabra

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)

**ANEXO K -**

Figura e transcrição do Inventário de Maria do Espírito Santo, 1837 - Porto de Pedras.



**Transcrição da figura acima:**

Descrição de bens

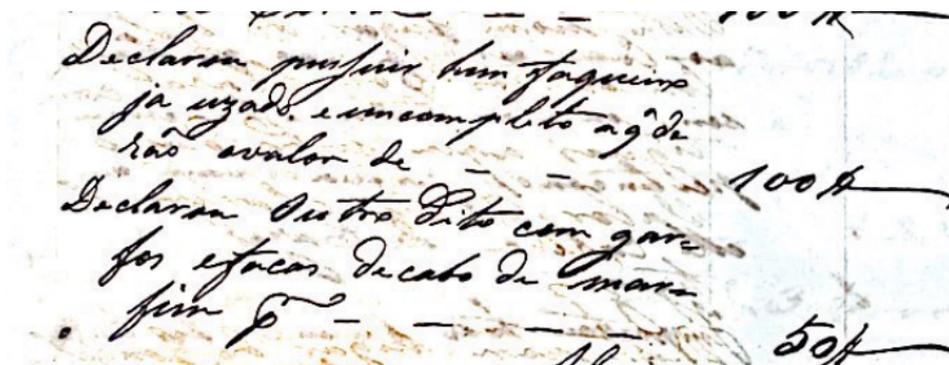
Dinheiro - Nada /  
Ouro - Nada /  
Prata - Nada /  
Cobre - Nada /  
Ferro - Nada /

Escravos

Deo cargo do Inventário o /  
Inventariante huma Escrava /  
de nome Joaquina, crioula /  
qui vista pelo pelas Avaliadores /  
deram o valor de trezentos mil /  
réis, idade vinte cinco annos /  
300\$000

## ANEXO L -

Figura e transcrição do Inventário de Anna de Souza Sepulvida, 1844 - Maceió.



### Transcrição da figura acima:

Declarou possuir hum faqueiro /  
ja uzado e um completo aq de /  
rão o valor de - - 100\$000  
Declarou outro dito com gar- /  
fos e facas de cabo de mar- /  
fim por - - - - 50\$000

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA. (Caixa 801)